

The image features a stylized map of Portugal. The map is filled with a dense network of red lines that radiate from a central point, creating a complex web. The map is color-coded with a gradient from red in the west to blue in the east. A large, brown, star-like shape is overlaid on the western part of the map. The background consists of concentric circles and a grid of lines.

Portugal no Centro

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Portugal no Centro

© 2016, Fundação Calouste Gulbenkian
Título: Portugal no Centro
Av. de Berna, 45A / 1067-001 Lisboa
Telefone: +351 217 823 000
E-mail: info@gulbenkian.pt

Coordenação e Autoria

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, INICIATIVA CIDADES

José Manuel Félix Ribeiro
Francisca Moura
Joana Chorincas

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO – CENTRO DE ESTUDOS DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Teresa Sá Marques, coordenação
Hélder Santos
Catarina Maia
Diogo Ribeiro
Paula Ribeiro

Colaboração de

Alexandre Tavares (CES.UC)
João Ferrisson (ImproveConsult)
Lúcio Cunha (CEGOT. UC)
Manuela Almeida
Rodrigo Sarmento de Beires (BOSQUE)

Informação e análise de dados estatísticos relativos às empresas

Informa DB

Design TVM Designers

Impressão Greca Artes Gráficas

Tiragem 500 exemplares

ISBN 978-989-8807-35-9

Depósito Legal 419855/16

Agradecimentos

A Fundação Calouste Gulbenkian e a equipa do projeto agradecem o envolvimento e a disponibilidade manifestada desde o início ao projeto Portugal no Centro, por parte das instituições que dirigem, aos Vice-Reitores Professores Doutores Amílcar Falcão, da Universidade de Coimbra, Isabel Cunha, da Universidade da Beira Interior, e ao Reitor da Universidade de Aveiro, Professor Doutor Manuel António Assunção.

Agradecem igualmente a colaboração prestada e o empenho demonstrado na concretização deste estudo ao Professor Doutor Francisco Cordovil, do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, ao Professor Doutor Constantino Mendes Rei, Presidente do Instituto Politécnico da Guarda, à Professora Graça Castelo Branco, do Gabinete de Relações Públicas da Universidade da Beira Interior, bem como aos Presidentes dos Institutos Politécnicos de Coimbra, Castelo Branco, Leiria e Viseu.

Portugal no Centro

Índice

PREFÁCIO	8
SUMÁRIO EXECUTIVO	12
Parte 1.	
TERRITÓRIO	26
1. TERRITÓRIO: SISTEMAS E RECURSOS ESTRUTURANTES	27
1.1. SISTEMA AZUL: ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS	29
1.2. SISTEMA VERDE: USO DO SOLO, PAISAGEM E ÁREAS PROTEGIDAS	32
1.3. SISTEMA CINZENTO: INFRAESTRUTURAS, ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	41
1.4. SISTEMA URBANO: DENSIDADES E SISTEMA URBANO POLINUCLEADO	54
Parte 2.	
POPULAÇÃO, ATIVIDADES E EMPREGO	62
2.1. POPULAÇÃO E ESTRUTURA SOCIAL	63
2.2. TERRITÓRIOS DA BASE ECONÓMICA	73
2.3. ESTRUTURA DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS	79
2.4. OS TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO FLORESTAL	94
2.5. A PRODUÇÃO ENERGÉTICA	97
2.6. RECURSOS MINERAIS	98
2.7. FLUXOS TURÍSTICOS E RESIDENCIAIS	100
PARTE 3.	
ENSINO SUPERIOR, INVESTIGAÇÃO E ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO	104
3.1. A UNIVERSIDADE DE COIMBRA	105
3.2. A UNIVERSIDADE DE AVEIRO	150
3.3. A UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR	173
3.4. O INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA	189
3.5. A ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA	193
3.6. O INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO	195
3.7. O INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA	199
3.8. O INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA	208
3.9. O INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU	212

Parte 4.

ATIVIDADES E CLUSTERS	216
4.1. A PLATAFORMA DIVERSIFICADA DE QUÍMICA PESADA – ESTARREJA	219
4.2. MEGACLUSTER MINERAIS NÃO METÁLICOS – CONSTRUÇÃO E HABITAT	223
4.3. MEGACLUSTER DAS INDÚSTRIAS FLORESTAIS	253
4.4. MEGACLUSTER ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	281
4.5. MEGACLUSTER TÊXTIL, CORDOARIA E COURO	316
4.6. CLUSTER DOS PLÁSTICOS E MOLDES	338
4.7. CLUSTER MECÂNICA LIGEIRA E MATERIAL ELÉTRICO	351
4.8. CLUSTER MOBILIDADE – MONTAGENS DE AUTOMÓVEIS E COMPONENTES	358
4.9. CLUSTER CONSTRUÇÃO METÁLICA, METALOMECÂNICA PESADA E CONSTRUÇÃO NAVAL	366
4.10. A REGIÃO CENTRO E AS ENERGIAS RENOVÁVEIS	372
4.11. A REGIÃO CENTRO E O TURISMO	390
4.12. INCUBAÇÃO NA REGIÃO CENTRO	419
4.13. PROTOCLUSTERS	429

Parte 5.

REDES DE INOVAÇÃO ECONÓMICA ANCORADAS NA REGIÃO CENTRO (2007-2015)	464
5.1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	465
5.2. EXPLORAÇÃO DAS REDES ANCORADAS NA REGIÃO CENTRO	469
5.3. REDE TERRITORIAL: ESTRUTURA TERRITORIAL DE INOVAÇÃO DA REGIÃO CENTRO	490
5.4. A ESTRUTURA DE INOVAÇÃO TERRITORIAL POR SUB-REGIÕES	494

Parte 6.

UMA VISÃO DE SÍNTESE – O CENTRO E AS SUAS SUB-REGIÕES	502
--	-----

ANEXO	526
ÍNDICE DE FIGURAS	546
ÍNDICE DE QUADROS	549

Parte 2.

POPULAÇÃO, ATIVIDADES E EMPREGO¹

A demografia é uma das principais preocupações dos países europeus. A população está cada vez mais envelhecida e escolarizada. A queda da fecundidade reflete a melhoria da qualidade de vida e também um reforço da mulher no mercado de trabalho. As pessoas vivem mais anos e naturalmente que a estrutura etária tende a envelhecer. Isto significa que existe uma diferenciação territorial nos saldos naturais e migratórios, nas estruturas etárias e na oferta de recursos humanos. Aqui o debate organiza-se em torno de um território dinâmico e denso que contrasta com um interior despovoado e envelhecido.

No desenvolvimento económico a reflexão organiza-se entre um litoral industrial e de serviços, mais produtivo e mais integrado e um interior mais agrícola, florestal e menos competitivo. Aqui é evidenciada a necessidade de revisitarmos a geografia do crescimento e a geografia do desenvolvimento. A primeira, preocupada com a criação de riqueza e com os processos de globalização, a segunda centrada na capacidade de atrair rendimentos e potenciar o consumo local. São dois modelos de desenvolvimento que se potenciam e criam oportunidades para que cada território construa o seu próprio projeto de competitividade, em função dos seus recursos e aspirações.

Interessa fazer um retrato temporal para compreender os processos e para apoiar visões territoriais tendo em vista a construção dos futuros sociais e económicos desejados.

2.1. POPULAÇÃO E ESTRUTURA SOCIAL

UMA REGIÃO QUE ESTABILIZOU A DIMENSÃO POPULACIONAL

Na Região Centro a evolução populacional manifesta um comportamento temporal que pode ser caracterizado por dois grandes períodos (Figura 18). Primeiro, entre meados do século XIX e meados do século XX, a população residente na Região Centro evidencia uma tendência de aumento, registando apenas uma pequena oscilação negativa, em consequência da 1.ª Guerra Mundial. Em 1864 a população da Região contabilizava 1 147 838 indivíduos e, em 1950, atinge o valor máximo regional, 1 904 127 habitantes.

¹ Teresa Sá Marques (CEGOT.UP); Catarina Maia (CEGOT.UP); Diogo Ribeiro (CEGOT.UP)

A partir daí, dá-se uma quebra demográfica tendo ficado mais ou menos estabilizado o *stock* populacional. Nos anos sessenta, os elevados volumes de emigração contribuíram para uma diminuição superior a 220 000 habitantes em 10 anos (1960/70). No período pós-25 de abril de 1974, regista-se um aumento populacional impulsionado pelo regresso dos retornados das ex-colónias e depois disso os volumes populacionais mais ou menos estabilizam. Em 2011, na Região Centro residiam 1,7 milhões de habitantes, cerca de 17,3% da população do Continente (em 26,1% da superfície).

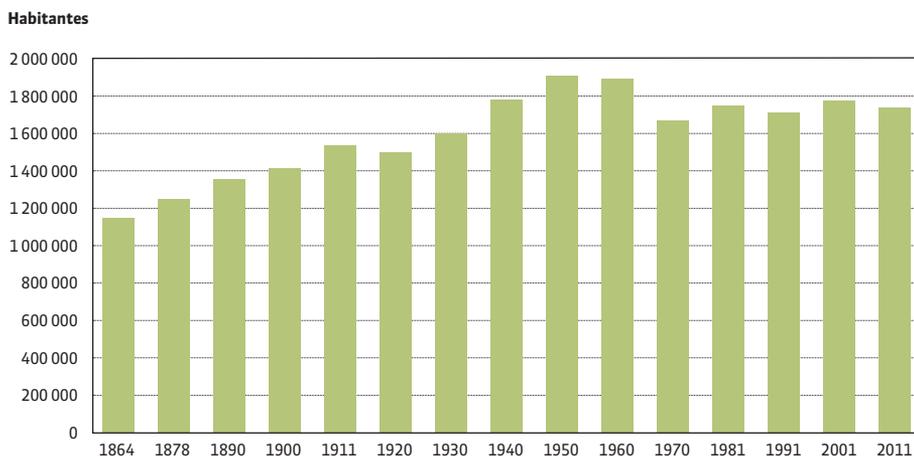


FIGURA 18
Evolução da população residente na Região Centro (1864 a 2011)
Fonte: INE (Censos 1864-2011)

Comparando a dinâmica registada na Região com a do País, evidencia-se uma clara perda de importância regional (Figura 19). A quebra é acentuada e sempre progressiva entre 1864 e 1981, passando de 29,2% para 18,8% da população do Continente. Depois há uma certa estabilização. Isto significa que as dinâmicas de desenvolvimento regional registadas nas últimas décadas de certa forma conseguiram reter a forte perda de importância populacional registada até 1981. O desafio atual passa pela capacidade regional de manter o seu *stock* populacional e o seu peso nacional.

A análise da evolução do saldo natural e do saldo migratório (Figura 20) permite-nos explicar os processos. Analisando a informação entre 1991 e 2015, verifica-se que o saldo natural permaneceu sempre negativo, o que significa que os ganhos da natalidade não conseguiram compensar as perdas da mortalidade.



FIGURA 19

Peso da população residente na Região Centro no contexto do Continente (1864 a 2011)

Fonte: INE (Censos 1864-2011)

Por sua vez, o saldo migratório mostrou um comportamento muito dissemelhante. Durante quase toda a década de 90 do século XX e início do século XXI, o saldo migratório manteve-se claramente positivo. Entre 2011 e 2014, a queda registada no saldo migratório é abrupta (perdas na ordem dos 6000 indivíduos/ano), muito por impulsão da recessão económica e financeira, com repercussões devastadoras em todo o território nacional, tendo desencadeado um aumento significativo da emigração e a diminuição drástica da nossa atratividade. Com a recessão, os imigrantes residentes em Portugal voltam aos seus países de origem e os portugueses não tendo acesso ao mercado de trabalho optam pela emigração. O panorama regional segue as dinâmicas registadas a nível nacional. Em 2015, a situação parece estabilizar e o saldo das entradas relativamente às saídas passa a positivo.

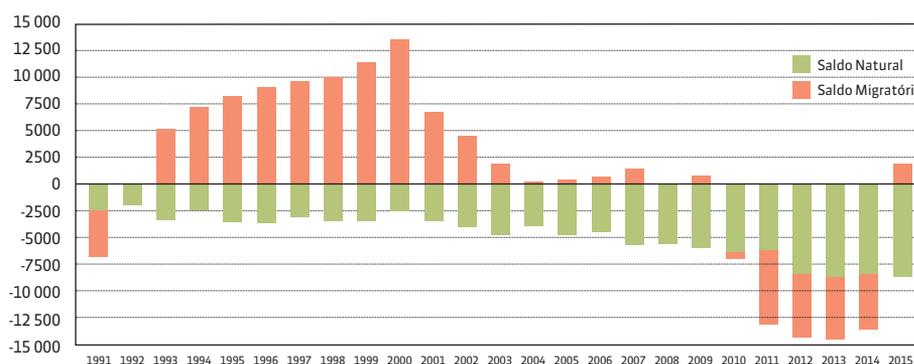


FIGURA 20

Evolução do saldo natural e migratório na Região Centro (1991 a 2015)

Fonte: INE (Indicadores Demográficos, 1991-2015).

UMA ESTRUTURA TERRITORIAL EM ALTERAÇÃO

A geografia da evolução populacional manifesta um comportamento territorial diferenciado (Figura 21). De forma a percebermos as dinâmicas mais recentes, a análise vai focar-se nas últimas duas décadas (1991/2001 e 2001/2011) e será realizada às escalas do concelho e da freguesia de forma a compreender-se com maior profundidade os processos territoriais.

Globalmente, a nível concelhio, entre 1991 e 2001, no Continente 125 concelhos registaram um crescimento populacional positivo e 151 negativo. Enquanto 2 concelhos mantiveram a população. Entre 2001 e 2011, o número de concelhos perdedores aumentou. Em 182 concelhos registou-se um declínio populacional e em 96 um crescimento da população residente. Isto demonstra o processo centrifugador que o País registou: cada vez mais concelhos a perder, e cada vez menos a ganhar.

Na Região Centro, nos últimos 20 anos, 29 concelhos ganharam população, 46 perderam e 2 não registaram alterações significativas do saldo populacional. Na década seguinte a perda de residentes acentuou-se, o número de

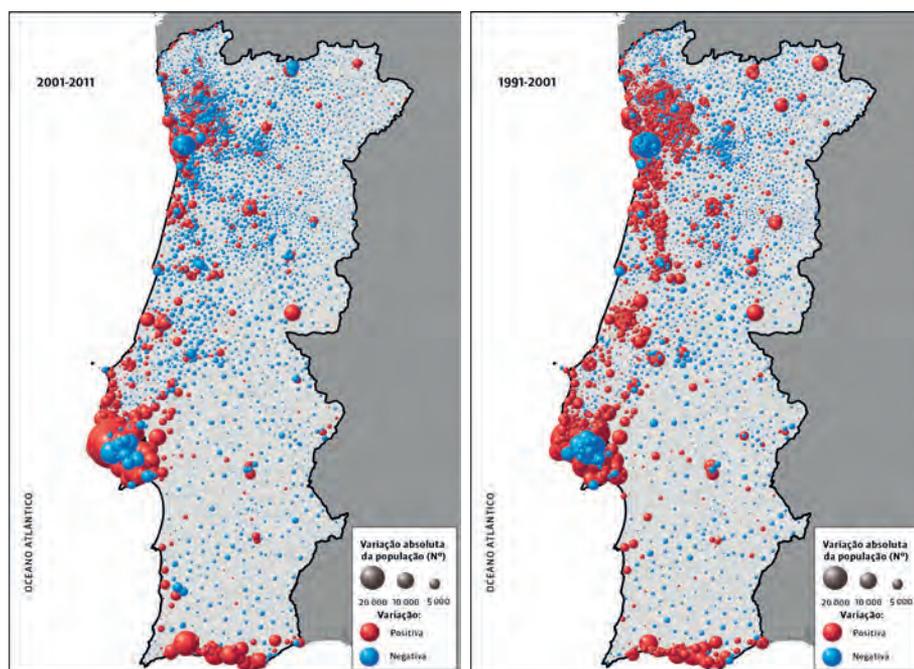


FIGURA 21
Variação absoluta da população residente, por freguesia (1991 a 2011)

Fonte: INE (Cálculos próprios, Censos 1991-2011)

concelhos perdedores subiu para 58 e apenas 19 concelhos ganharam residentes. O processo de centrifugação ainda é mais intenso na Região Centro.

Uma análise realizada à escala da freguesia dá informação territorial ainda mais relevante (Figura 21). Durante a década de noventa do século XX, as áreas e as regiões urbanas estiveram em expansão populacional.

Entre 1991 e 2001, na Região Centro é evidente o crescimento populacional na Região de Aveiro e de Leiria, nas periferias de Coimbra e nas cidades médias de Viseu, Guarda, Fundão e Castelo Branco. Os centros das cidades de Coimbra, Covilhã e Figueira da Foz, entre outros, perdem residentes. No total, 342 freguesias são ganhadoras (um saldo positivo de cerca de 98 500 habitantes), enquanto 758 são perdedoras (um saldo negativo de quase 36 200 habitantes).

No total, o território em perda é mais extenso em termos de superfície que os territórios ganhadores. Mas as perdas são muito inferiores aos ganhos.

Entre 2001 e 2011 a geografia das dinâmicas populacionais alterou-se claramente.

Na Região Centro, que perde globalmente população, as dinâmicas positivas são pouco expressivas em termos de dimensão e as negativas são em maior extensão. No total, 189 freguesias são ganhadoras (um saldo positivo de 32 980 habitantes) enquanto 913 são perdedoras (um saldo negativo de 70 900 habitantes). As cidades médias perderam claramente atratividade. Só 17% das freguesias aumentaram de população, mas as restantes (83%) mostraram um comportamento regressivo (Quadro 1).

QUADRO 1
Síntese dinâmica, 1991-2001 e 2001-2011

	Anos	Freguesias ganhadoras		Freguesias perdedoras	
		N.º de freguesias	Habitantes	N.º de freguesias	Habitantes
Continente	1991 / 2001	1528 (38%)	767 000	2495 (62%)	274 000
	2001 / 2011	1052 (26%)	410 000	2974 (74%)	231 800
Região Centro	1991 / 2001	342 (31%)	98 500	758 (69%)	36 200
	2001 / 2011	189 (17%)	32 980	913 (83%)	70 900

Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011)

A análise dos saldos naturais e migratórios permite uma melhor perceção dos processos em curso.

Relativamente ao saldo natural, entre 1991 e 2001, apenas 13 concelhos da Região Centro mantiveram o saldo natural positivo: Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Batalha, Coimbra, Estarreja, Ílhavo, Leiria, Marinha Grande, Ovar, Porto de Mós, Vagos e Viseu. Entre 2001 e 2011, diminuíram para 12 concelhos: Albergaria-a-Velha, Aveiro, Batalha, Condeixa-a-Nova, Ílhavo, Leiria, Lousã, Marinha Grande, Oliveira do Bairro, Ovar, Vagos e Viseu.

Em 2014 (Figura 22), em todos os concelhos da Região Centro, os valores da natalidade não conseguiram superar os da mortalidade, o que significa que toda a Região está a perder população devido aos saldos naturais.

No saldo migratório, a Região Centro acompanha a dinâmica do Continente. Em termos territoriais, são as áreas mais urbanas, sobretudo das cidades médias, como Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Pombal, Leiria e Castelo Branco que mostram uma maior vitalidade atrativa, entre 1991 e 2011.

No entanto, em 2014, o saldo migratório evidencia perdas muito significativas nas cidades médias, o que significa que perderam a sua força atra-

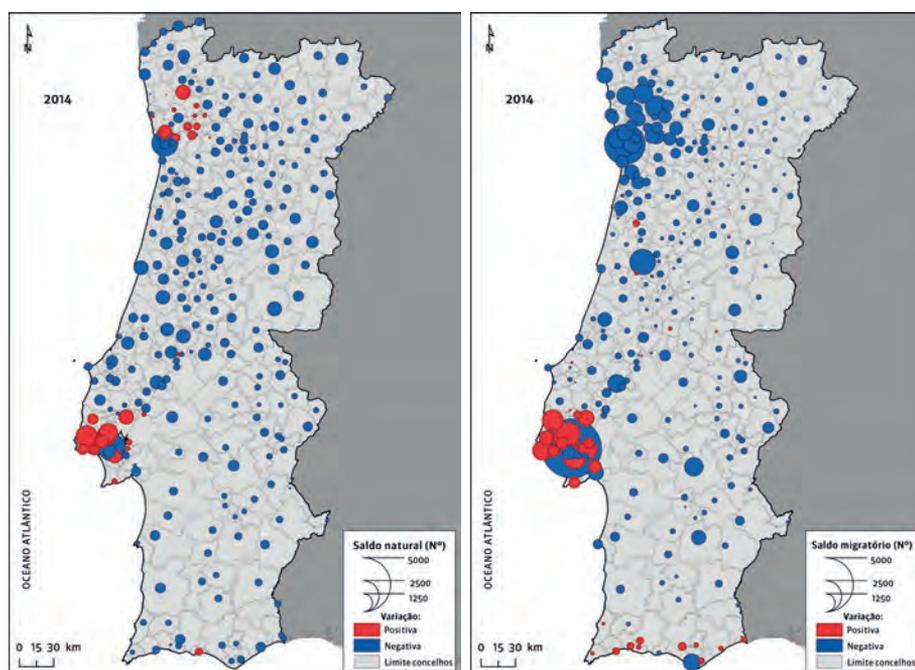


FIGURA 22
Saldo natural e migratório da população, por concelho, em 2014

Fonte: INE (Indicadores Demográficos, 2014)

tiva. Fora do contexto territorial das cidades médias, as perdas são de menor dimensão, possivelmente porque os concelhos já não conseguem atrair nem repelir população. Apenas 5 concelhos da Região registaram um saldo migratório positivo, ainda que incipiente: Oliveira do Bairro, Vila de Rei, Condeixa-a-Nova, Vila Velha de Rodão e Fornos de Algodres.

UMA ESTRUTURA SOCIAL EM MUTAÇÃO

Em termos estruturais, as dinâmicas demográficas têm implicações sociais transversais. Perante uma Região que nos últimos cinquenta anos estabilizou a sua dimensão populacional em torno de 1,7 milhões de habitantes, é necessário perceber os reflexos desta situação na estrutura etária da população.

Em primeiro lugar, esta estabilidade deve-se sobretudo aos indivíduos terem ciclos de vida mais longos, o que significa viverem mais anos. Se não fosse este facto a Região tinha perdido claramente mais população residente. Em Portugal, em 1950, a esperança de vida à nascença era 58 anos. Podemos imaginar que, se os ciclos de vida não tivessem aumentado, no recenseamento geral da população de 2011 todos os que tinham nascido antes de 1950 já tinham provavelmente falecido. A Região Centro não teria 1,7 milhões de habitantes, mas cerca de 1,3 milhões. Isto significa que 22,6% da população residente na Região tem mais de 65 anos e que esta população é um recurso crucial para o desenvolvimento regional. Concluindo, ciclos de vida mais longos, significa viver mais anos, e isso é sinónimo de recursos em matéria de desenvolvimento.

Em segundo lugar, a perda de população em idade fértil (sobretudo mulheres entre os 15 e os 49 anos) compromete o potencial demográfico de uma região, porque o número de nascimentos depende deste *stock* populacional.

No futuro, para a população residente aumentar é necessário que o crescimento natural passe a ser positivo ou a atratividade regional aumente. Para o crescimento natural passar a positivo é importante aumentar a fecundidade e ampliar a população em idade fértil.

O fenómeno do envelhecimento da estrutura etária reflete-se territorialmente por quase todo o País (Figura 23). Entre 1991 e 2011, a importância dos mais idosos (com mais de 75 anos) foi aumentando em termos de expressão territorial. Em 1991, o Centro interior já evidenciava um envelhecimento superior comparativamente com o restante território nacional. Entre 1991 e 2011 a estrutura sócio-espacial mudou claramente, evidenciando-se, em 2011, um vasto território com uma população idosa muito expressiva (mais de 19% da população residente, o valor da UE28 é de 17,7%). Neste cenário só são excepção

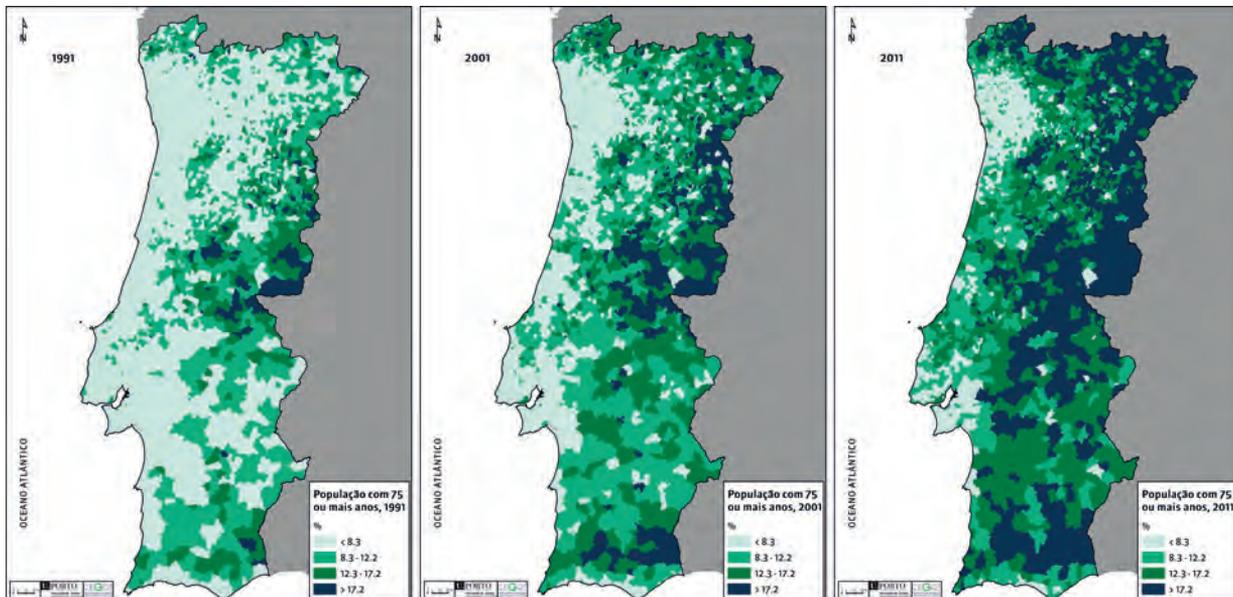


FIGURA 23
População residente com mais de 75 anos (%), por freguesia

Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011)

as freguesias das áreas urbanas sobretudo das cidades médias, nomeadamente de Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Castelo Branco e Guarda.

O stock populacional em idade potencialmente ativa é uma variável importante em termos económicos nos territórios de baixa densidade.

Analisando a Figura 24, verifica-se que entre 1960 e 2011 a dimensão da população potencialmente ativa é relativamente estável tendo-se registado pequenas oscilações. Em 2011, residiam na Região Centro 1 110 496 indivíduos com idades dos 15 aos 64 anos (64% do total), tendo perdido 45 mil pessoas relativamente a 1960.

Como referido anteriormente, a Região Centro é claramente marcada pelo envelhecimento da estrutura etária da população residente. Entre 1960 e 2011, a Região viu aumentar os seus idosos em mais de 220 mil indivíduos, prevendo-se que este valor continuará a aumentar de forma exponencial nos próximos anos. Isto tem um significado muito positivo, porque demonstra a maior longevidade da vida dos indivíduos.

Em contrapartida, a população com menos de 14 anos diminuiu vertiginosamente década a década, registando-se uma quebra de mais de 318 000 jovens, entre 1960 e 2011.

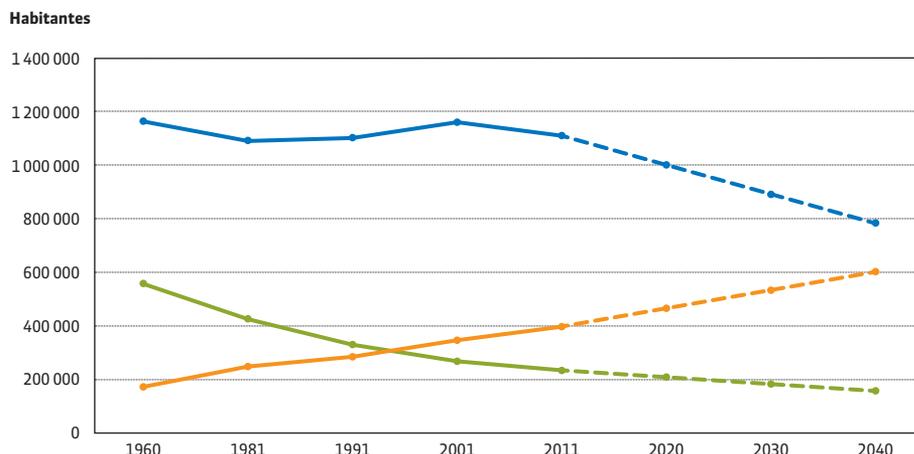


FIGURA 24
Evolução (1960 a 2011) e estimativas (depois de 2011) da população residente por grandes grupos etários, para a Região Centro

Fonte: INE (Censos 1960-2011); Castro et al. (2015, p. 201-205) (cenário central da evolução da população portuguesa)

QUADRO 2
População por grupo etários e níveis de escolaridade, 2011

	População residente	População 0-14 anos de idade	População 15-64 anos de idade	População com 65 anos ou mais anos	População com o ensino secundário	População com o ensino superior
Continente	10 047 621	1 484 120 (14,8%)	6 625 713 (65,9%)	1 937 788 (19,3%)	1 355 249 (13,5%)	1 198 453 (11,9%)
Região Centro	1 737 216	233 382 (13,4)	1 110 496 (63,9%)	393 338 (22,6%)	213 477 (12,3%)	190 286 (11,0%)

Fonte: INE (Censo 2011)

Em termos prospetivos (Castro *et al*, 2015: 201-205), os cenários apontam para uma diminuição da população na ordem dos 200 000 indivíduos entre 2011 e 2040, por impulso da significativa perda de residentes em idade potencialmente ativa (15-64 anos), em mais de 320 000 habitantes e de população jovem (0-14 anos), em cerca de 80 000 habitantes. Em contrapartida, a Região Centro irá assistir a um expressivo reforço da população residente idosa (mais 200 000 habitantes em 2040 do que 2011).

A Região Centro (Figura 25) concentrava à data do último momento censitário, 16,8% de população entre os 15 e os 64 anos, evidenciando-se os concelhos de Aveiro, Ílhavo, Coimbra, Pombal e Leiria com uma concentração supe-

rior à média nacional. Nos territórios de baixa densidade os recursos humanos disponíveis em alguns concelhos são escassos. Esta situação representa uma ameaça ao desenvolvimento, pois a atratividade de investimentos produtivos normalmente exige recursos humanos disponíveis.

O potencial de atratividade dos territórios passa também pela sua capacidade de disponibilizarem recursos humanos com níveis de instrução e escolaridade capazes de responderem à procura do mercado de trabalho e de contribuir para o desenvolvimento económico local. Nas últimas décadas, Portugal registou um significativo progresso ao nível da escolarização da população. Em 1991, a média nacional de população residente com ensino superior situava-se nos escassos 2,8% (na Região Centro é inferior, 2,1%). Os concelhos de Cascais, Lisboa, Porto e Coimbra são pequenas ilhas a nível nacional.

O mapa de 2001 mostra uma melhoria generalizada por todo o contexto nacional, onde sobressaem alguns concelhos das áreas metropolitanas e as cidades médias. A média nacional (6,5%) sobe em relação ao último censo, mas a Região Centro aumenta só para 5,4%. Entre 2001 e 2011, as melhorias nacionais são mais expressivas territorialmente, pois estendem-se por todo o contexto nacional. Em 2011, cerca de 11,9% indivíduos possuem ensino superior a nível nacional, com a Região Centro a contabilizar 11% do total da população residente.

No entanto, quando comparamos os indicadores nacionais e regionais com os comunitários concluímos que as melhorias registadas nas últimas décadas são ainda muito insuficientes. Na União Europeia 35,8% da população entre os 30-34 anos possui o diploma de ensino superior, enquanto Portugal fica pelos escassos 28,6% e a Região Centro pelos 27,7%. No atual quadro comunitário, a meta para 2020 é 40%. Estamos muito longe deste valor.

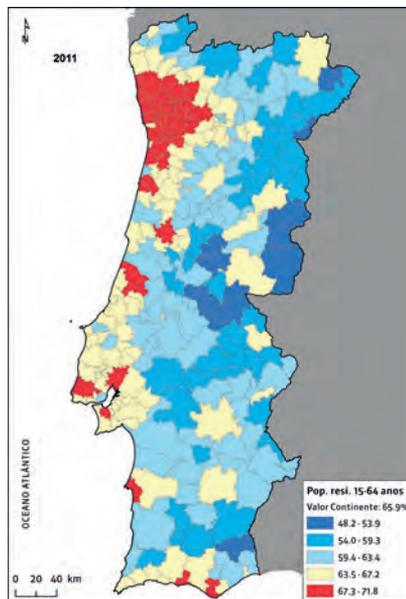


FIGURA 25
População entre os 15 e os 64 anos face ao total da população residente, por concelho, em 2011

Fonte: INE (Censo, 2011); CAOP (2014)

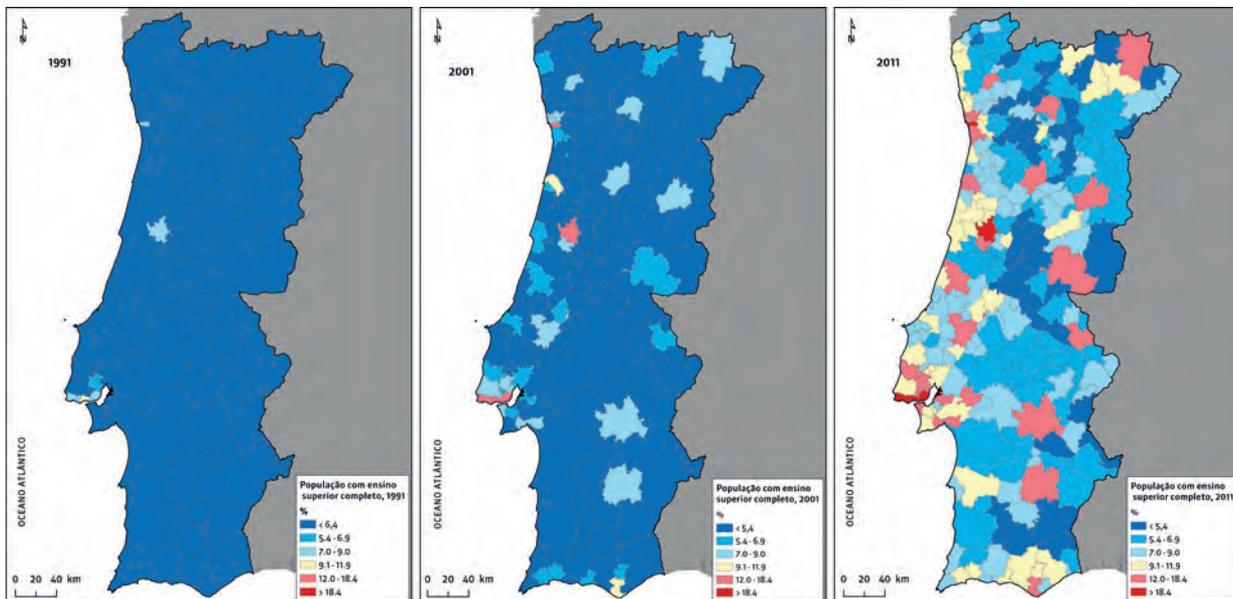


FIGURA 26

População residente com ensino superior completo, por concelho, em 1991, 2001 e 2011

Fonte: INE (Censos 1991, 2001 e 2011); CAOP (2014)

2.2. TERRITÓRIOS DA BASE ECONÓMICA

Na realidade, o desenvolvimento económico local depende da capacidade de uma região criar riqueza, captar riqueza e maximizar o gasto das riquezas localmente. Pecqueur & Talandier (2011) evidenciam a necessidade de revisitarmos a separação entre a geografia do crescimento e a geografia do desenvolvimento, evidenciando a forte importância dos fluxos de rendimentos entre diferentes territórios.

Como vimos nas publicações – “Noroeste Global” e “Uma Metrópole para o Atlântico” – nos últimos anos houve um processo intenso de metropolização, associado à forte concentração de atividades, emprego e produção e criação de valor e riqueza nas duas áreas metropolitanas portuguesas.

A capacidade das atividades produtivas assegurarem a competitividade num contexto de globalização é sempre central a qualquer abordagem sobre os processos de desenvolvimento económico. Por um lado, conceptualmente as altas disparidades em termos de produção (PIB) ou criação de valor (VAB)

evidenciam a importância das economias de aglomeração e das externalidades positivas inerentes às áreas metropolitanas, nomeadamente em matéria de sistemas de inovação. Também se pode enquadrar os territórios criadores de riqueza em sistemas produtivos locais, meios inovadores, ou economias de proximidade.

No entanto, a riqueza criada nos processos produtivos circula (Davezies, 2008). As despesas dos turistas, das populações pendulares (trabalhadores e estudantes), dos pensionistas, dos funcionários públicos, geram receitas que alimentam as economias locais, independentemente da sua maior ou menor capacidade produtiva. Assim, o desenvolvimento de um território depende também da sua capacidade de atrair fluxos de rendimentos e de proporcionar uma atratividade que leve a um aumento do consumo local.

2.2.1. O PESO ECONÓMICO DOS TERRITÓRIOS MAIS DENSOS

EMPREGO E DESEMPREGO

Na Região Centro, a evolução do emprego seguiu as tendências observadas na generalidade dos territórios nacionais. Desde 2007, que o valor da população ao serviço na Região tem vindo a diminuir em termos absolutos de forma gradual (com perdas inferiores às registadas nas duas metrópoles), por impulso da recessão económico-financeira e consequente retração do tecido empresarial português. Em 2013, registaram-se cerca de 406 000 pessoas ao serviço na Região, uma variação negativa de 16,6% em relação a 2007 (Figura 27). Todavia, a Região Centro demonstra uma situação melhor quando observamos o peso da população empregada em idade potencialmente ativa, em relação ao total de população ativa. No contexto nacional, a Região destaca-se porque em quase todos os concelhos, a taxa de empregabilidade da população entre os 20 e os 64 anos, em relação à população ativa, é superior à média nacional (de 84,6%), sobretudo na Região de Leiria, Região de Coimbra e Região de Aveiro, mas também em vários concelhos do interior.

Em termos de qualificação da população ao serviço, a Região Centro tem vindo a demonstrar dinâmicas positivas entre 2007 e 2013. Em 2011, 16% da população ao serviço na Região tinha um nível de escolaridade superior (Figura 28). Territorialmente a população empregada com ensino superior destaca-se nas cidades médias, nomeadamente, em Coimbra, Aveiro, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco. Entre 2007 e 2013, houve um aumento de 21% de população ao serviço com ensino superior. Um aumento superior ao

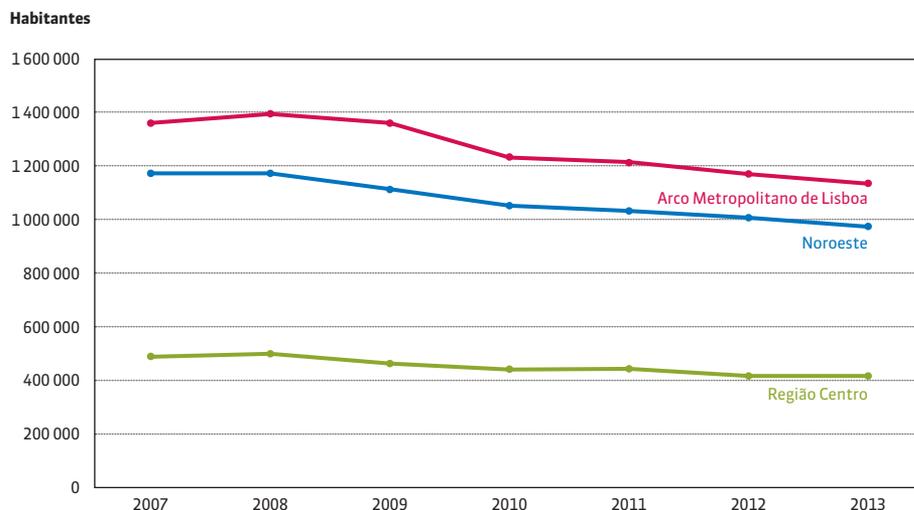


FIGURA 27
Evolução do pessoal ao serviço, 2007-2013

Fonte: Quadros de Pessoal do MTSS (2007-2013)

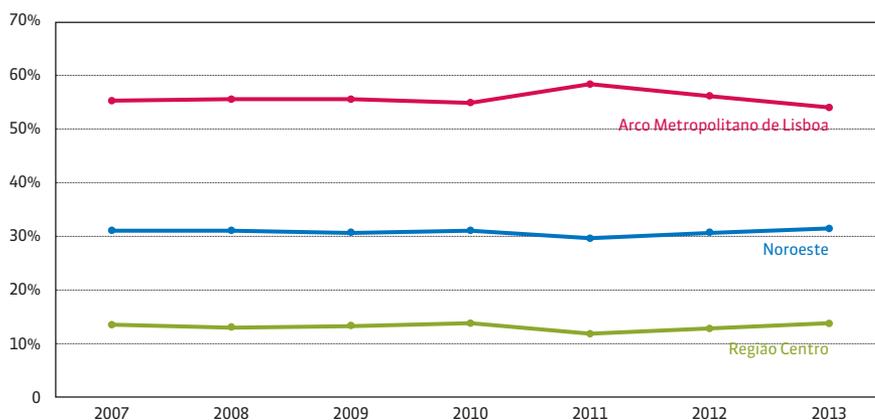


FIGURA 28
Evolução do peso do pessoal ao serviço com o ensino superior, 2007-2013

Fonte: Quadros de Pessoal do MTSS (2007-2013)

registado nas duas regiões metropolitanas (Noroeste, 18,3%; Arco Metropolitano de Lisboa, 14,6%) e no Continente (16,5%).

A distribuição geográfica do emprego público (Figura 31) realça a estrutura do sistema urbano regional, evidenciando-se a estrutura policêntrica: uma forte relevância do emprego público no centro urbano de Coimbra, e ainda em Aveiro, Marinha Grande, Viseu, Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

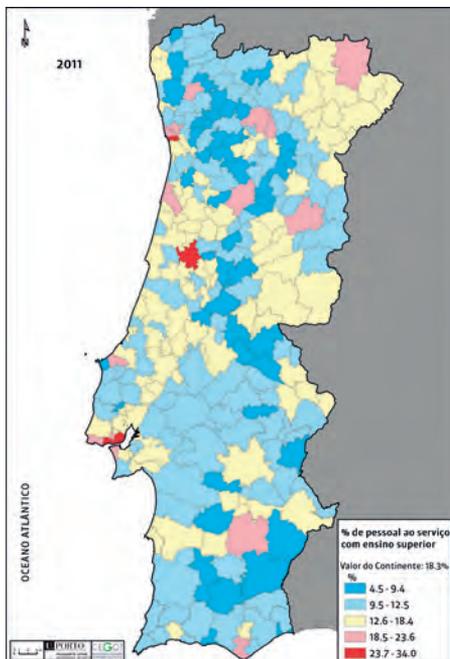


FIGURA 29
Pessoal ao serviço com ensino superior no total do pessoal ao serviço, por concelho, em 2011
Fonte: INE (2011); CAOP (2014)

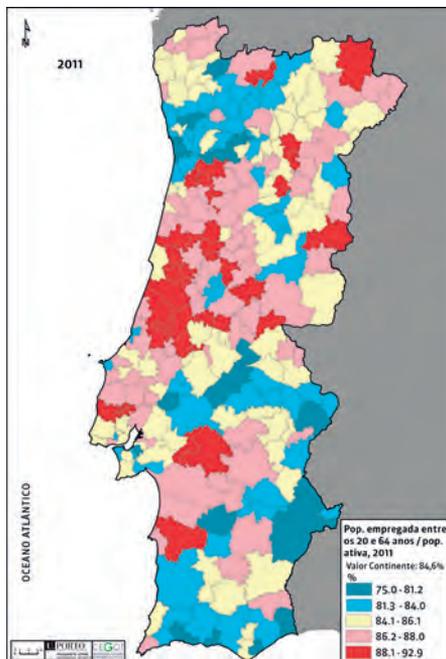


FIGURA 30
Taxa de empregabilidade, por concelho, em 2011
Fonte: INE (2011); CAOP (2014)

Relativamente ao pessoal ao serviço nos estabelecimentos empresariais (Figura 31 – emprego privado), evidencia-se um sistema produtivo sobretudo localizado em torno da Região de Aveiro (Aveiro, Ovar e Águeda), em Coimbra e Figueira da Foz, em Leiria, Marinha Grande e Pombal e ainda em Viseu. O eixo Guarda, Covilhã e Castelo Branco centraliza uma fatia importante da base de emprego do interior.

Comparando o setor público com o privado transparece, em primeiro lugar, a importância que o setor público apresenta na maioria dos concelhos do interior. No entanto, neste contexto territorial, os concelhos de Mangualde, Seia, Oliveira do Hospital, Tábua e ainda Fundão e Belmonte mostram níveis superiores de emprego privado face aos restantes.

As cidades médias, em geral, mostram tendência para exprimirem níveis altos de emprego público, refletindo a concentração de equipamentos e serviços públicos, de uma forma evidente em Coimbra, Aveiro, Covilhã e Guarda.

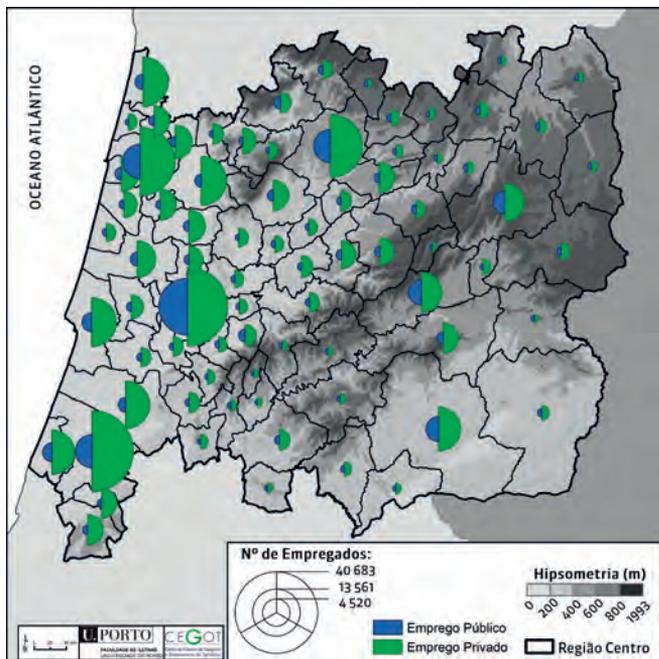


FIGURA 31
 Emprego público (2014)
 e emprego privado
 (2013)

Fonte: Quadros de Pessoal –
 MTSS (2013); DGAPE (2014);
 CAOP (2014)

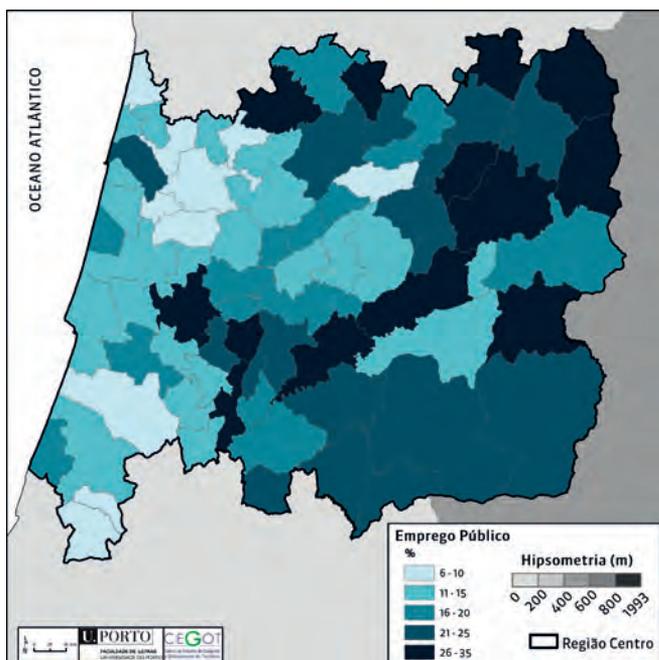


FIGURA 32
 Taxa de emprego
 público relativamente
 ao emprego privado
 (pessoal ao serviço
 nos estabelecimentos
 empresariais), por
 concelho, 2014

Fonte: Quadros de Pessoal –
 MTSS (2013); DGAPE (2014);
 CAOP (2014)

Num contexto económico-empresarial fortemente marcado pelos efeitos danosos da crise, sobressaem-se aspetos económicos negativos, sendo os mais evidentes os níveis de desemprego que têm fortes implicações territoriais, nomeadamente, no aumento das desigualdades, no enfraquecimento da estrutura produtiva e na vulnerabilidade do mercado do trabalho.

Entre 2007 e 2012, regista-se uma tendência clara de aumento de desempregados inscritos no IEFP. No entanto, a partir de 2013, a economia começa a evidenciar alguns sinais de recuperação e o peso da população desempregada começa a atenuar. Contudo, quando comparamos as taxas de desemprego de 2014 com as de 2007, verificamos que a taxa de desemprego continua muito alta. No Continente, entre os dois períodos de análise, quase todos os concelhos aumentaram de população desempregada (Figura 33). A Região Centro segue a tendência nacional, contudo aqui o flagelo do desemprego tem uma variação absoluta menos negativa que nas duas regiões metropolitanas.

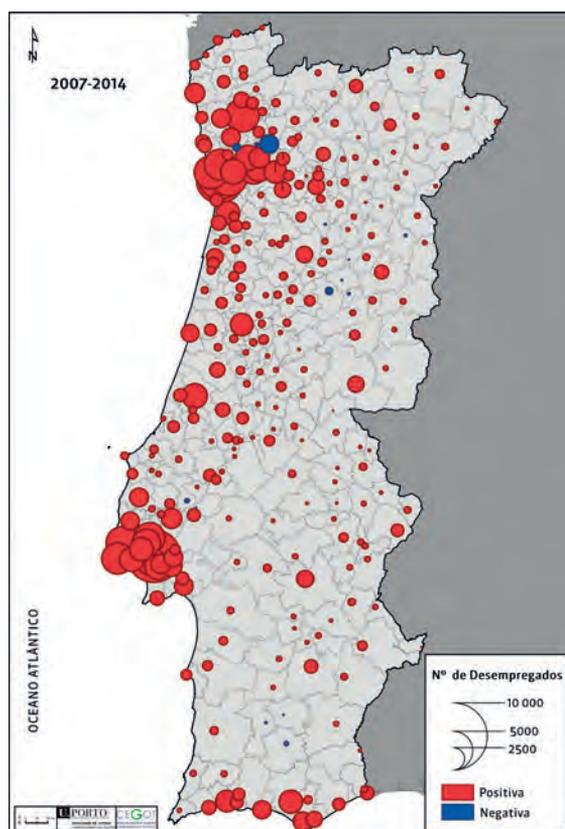


FIGURA 33
Variação absoluta da população desempregada, 2007-2014

Fonte: IEFP (2014)

2.3. ESTRUTURA DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS

A estrutura económica nacional passou por uma transformação sem precedentes desde 1974: de um país claramente rural, onde predominavam as atividades relacionadas com o setor agrícola e pastoril, para um território dominado pelas atividades industriais e construtivas e um setor terciário em ascensão.

Ano após ano, o setor primário enfraquece por todo o território nacional. A média nacional de população empregada no setor (2011) não vai além dos 2,9% (a Região Centro regista um pouco mais, 3,3%). O setor secundário, que desde os anos 80 perde muita importância no contexto nacional, mostra por todo o Continente português um peso entre os 20% e os 30%, no total do emprego (na Região Centro o valor é superior à média nacional, 31%). O setor terciário tem registado um crescimento exponencial por todo o território, sobretudo nas principais áreas metropolitanas e nas cidades médias. Em 2011, a Região Centro contabilizava 65,7% de população empregada em atividades terciárias (o Continente 70%).

QUADRO 3
Emprego por setores de atividade, 2011

	População empregada no setor primário	População empregada no setor secundário	População empregada no setor terciário	População empregada no setor primário (%) no total de emprego	População empregada no setor secundário (%) no total de emprego	População empregada no setor terciário (%) no total de emprego
Continente	121 055	1 115 357	2 913 840	2,9%	26,9%	70,2%
Região Centro	23 455	216 435	459 363	3,3%	31,0%	65,7%
% Região Centro no Continente	19,4%	19,4%	15,8%	—	—	—
Noroeste	29 080	569 136	929 152	1,9%	37,3%	60,8%
% Noroeste no Continente	24,0%	51,0%	31,9%	—	—	—
Arco Metropolitano de Lisboa	35 526	358 099	1 369 777	2,0%	20,3%	77,7%
% Arco de Lisboa no Continente	29,3%	32,1%	47,0%	—	—	—

Fonte: INE (Censos 2011)

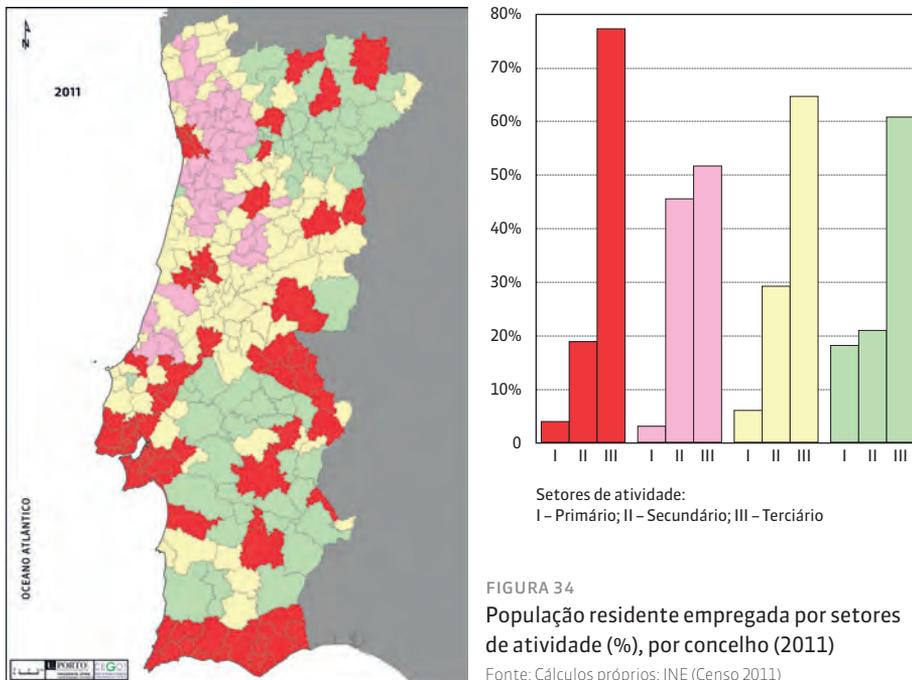


FIGURA 34
População residente empregada por setores de atividade (%), por concelho (2011)
Fonte: Cálculos próprios; INE (Censo 2011)

Em termos do perfil de atividades, territorialmente (Figura 34), podem-se definir os seguintes tipos de concelhos:

- Há um predomínio das atividades terciárias por toda a Região Centro, sobretudo em Viseu, Guarda, Almeida, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Soure, Miranda do Corvo e Castelo Branco, onde o setor terciário tem um peso de cerca de 80%, o setor secundário ronda os 20% e o setor primário representa menos de 10%.
- Por toda a Região de Aveiro, em direção a sul, fazendo continuidade com a mancha do noroeste, e ainda no concelho de Mangualde, e mais a sul na Região de Leiria (Pombal, Marinha Grande, Batalha e Porto de Mós). Surge também no eixo interior de Nelas, Carregal do Sal, Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil. Neste perfil a importância dos setores secundário e terciário são muito semelhantes, perto dos 50%.
- Num grande número de concelhos, domina o terciário (a média à volta dos 60%) e a indústria ronda os 30%. O setor primário fica-se pelos 10%. Na Região Centro este perfil é dominante.

- São poucos os concelhos na Região Centro que têm um perfil em que as atividades primárias têm ainda uma importância relativa significativa (em média quase 20%), nomeadamente os concelhos de Murtosa, Aguiar da Beira, Mêda, Figueira de Castelo Rodrigo e Idanha-a-Nova. A Região Centro contrasta com o Norte interior e o Alentejo que mostram-se muito mais incluídos neste perfil.

Uma análise mais desagregada por atividades (Figura 35) dá-nos mais informação. No setor secundário, a Região Centro tem como traços dominantes uma forte presença das indústrias normalmente designadas tradicionais, mais intensivas em trabalho, nomeadamente o têxtil, couro, madeira, pasta e papel (com cerca de 3,5%), e da construção (2,1%). No setor terciário, evidenciam-se os serviços coletivos, sociais e pessoais (3,3%) e a hotelaria (2,9%), em detrimento de uma fraca presença de atividades mais intensivas em conhecimento, sobretudo os serviços às empresas e os serviços de educação, saúde e cultura. As atividades primárias têm fraca expressão regional.

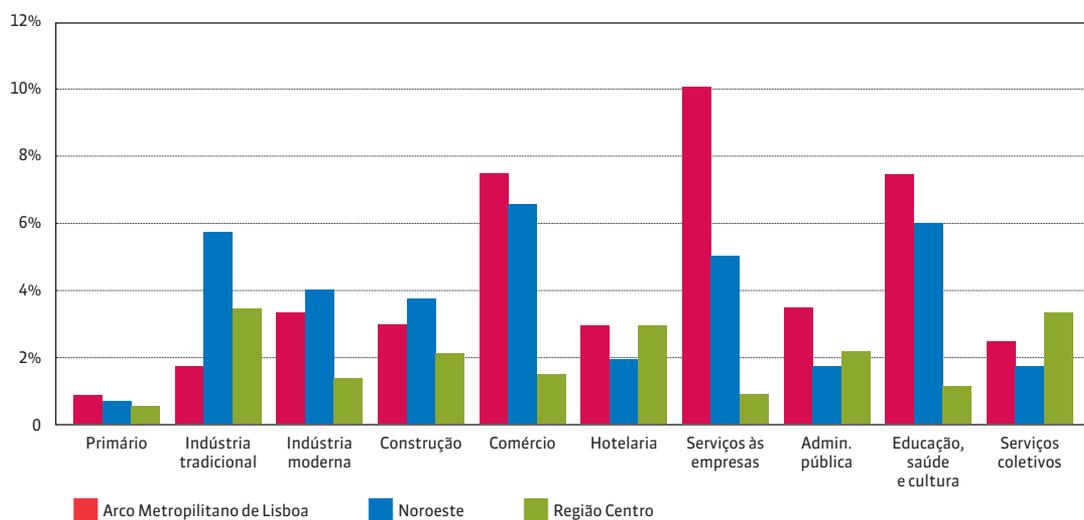


FIGURA 35

Peso da população empregada por ramo de atividade no total do Continente, 2011

Cálculos próprios de acordo com Ribeiro, F., J.; Ferrão, J. (coord.) (2014). Dados: INE (Censos 2011)

De acordo com o Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro (PROT-Centro), a correlação entre o Potencial Competitivo corrigido (PCc) e os Quocientes de Localização do Emprego, identifica a existência de quatro unidades geográficas internamente com relativas semelhanças em termos económicos (PROT-Centro: 20-24):

- No Litoral Industrial regista-se um forte peso do emprego nas atividades de fabricação de plásticos, máquinas, equipamentos elétricos, materiais de transporte e na indústria do papel. Os níveis de formação são próximos da média da Região e o PIB por habitante é superior.
- A Área de Influência de Coimbra (Baixo Mondego) evidencia-se pela mão-de-obra qualificada e de especialização orientada para uma economia do conhecimento. A sua especialização é sobretudo orientada para a indústria do papel, para a fabricação de produtos químicos e petrolíferos e para os serviços.
- O Interior Agroindustrial caracteriza-se por atividades intensivas em mão-de-obra e pouco qualificadas: agroalimentar, têxtil e construção.
- O Interior Especializado nas Indústrias Tradicionais tem valores de PIB por habitante e de abertura ao exterior inferiores à média da Região e é muito especializado nas indústrias têxteis e do couro.

Em termos de recursos, a Região Centro dispõe de elevadas reservas de recursos minerais, com características diversificadas, que incluem rochas e minerais industriais, assim como minérios metálicos e energéticos (estanho, volfrâmio, cobre e lítio). Destacam-se na Região Centro as explorações de calcários ornamentais e industriais nos distritos de Coimbra e Leiria, as explorações de argilas industriais nos distritos de Aveiro e Leiria, os granitos ornamentais e industriais e os minerais de quartzo e feldspato nos distritos da Guarda e Viseu. Daí a importância regional das indústrias ligadas aos minerais não metálicos (cerâmica, vidro e cimentos). Nos recursos metálicos sobressaem as reservas e explorações relacionadas com as mineralizações de Sn e W, sendo exemplo as Minas da Panasqueira e várias outras pequenas explorações em toda a Região. O potencial dos pegmatitos litiníferos é elevado na Região, com especial concentração nos distritos da Guarda e Viseu, decorrendo das reservas e da classificação do Li como matéria-prima crítica para a indústria da União Europeia.

DESEMPENHO ECONÓMICO

Para efetivar uma caracterização global do desempenho económico de um determinado território é necessário quantificar alguns indicadores económicos. Em termos de PIB por habitante, a Região Centro apresenta um ritmo de crescimento positivo relativamente constante entre 2000 e 2013, seguindo a tendência nacional. Relativamente a este indicador, na Região Centro evidenciam-se positivamente as NUT III do Pinhal Litoral e do Baixo Mondego.

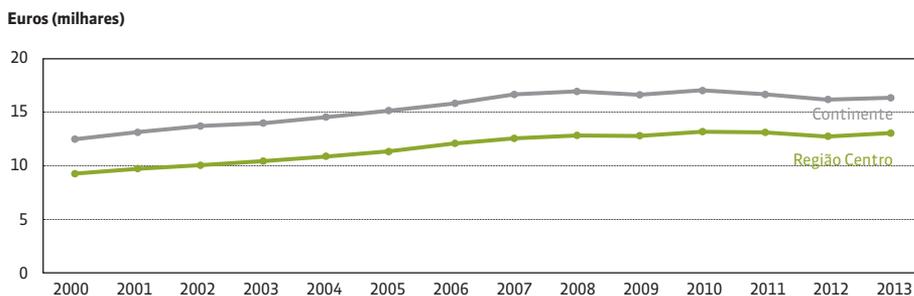


FIGURA 36

Evolução do PIB por habitante, 2000-2013

Fonte: INE (Contas Económicas Regionais, 2000-2013)

A trajetória do valor acrescentado bruto (riqueza gerada na produção, descontando o valor dos bens e serviços consumidos para a obter, tais como as matérias-primas) exprime a regressão ocorrida durante o período de crise económico-financeira dos últimos anos. A grande maioria dos concelhos nacionais não tem expressão neste indicador e as regiões que mais concentram atividades, emprego e produção têm vindo a diminuir a sua capacidade de criação de riqueza e competitividade económica. A leitura territorial da Região Centro (Figura 37) indica-nos que são os territórios da Região de Aveiro, da Região de Coimbra, da Região de Leiria e de Viseu Dão-Lafões (Viseu e Mangualde) que mais contribuem para a produção de riqueza na Região.

Da observação do gráfico da evolução das exportações entre 2007 e 2014 (Figura 38), ressalta a tendência de crescimento e os desníveis regionais. Na Região Centro o processo de integração internacional da base económica, pela abertura dos mercados nacionais ao exterior é ainda incipiente (mas, entre 2007 e 2014, aumentou 18%). Em 2014, a Região regista um volume de exportações na ordem dos 7,5 mil milhões € (16% no Continente, valor que tem sido relativamente constante nos últimos anos), sobretudo por impulso da Região de Aveiro, Coimbra, Leiria e Viseu Dão-Lafões (Tondela-Viseu-Mangualde, Figura 38).

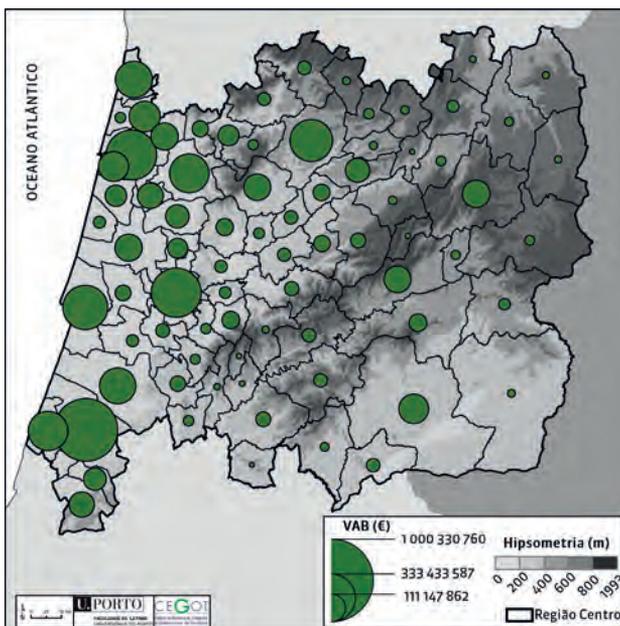
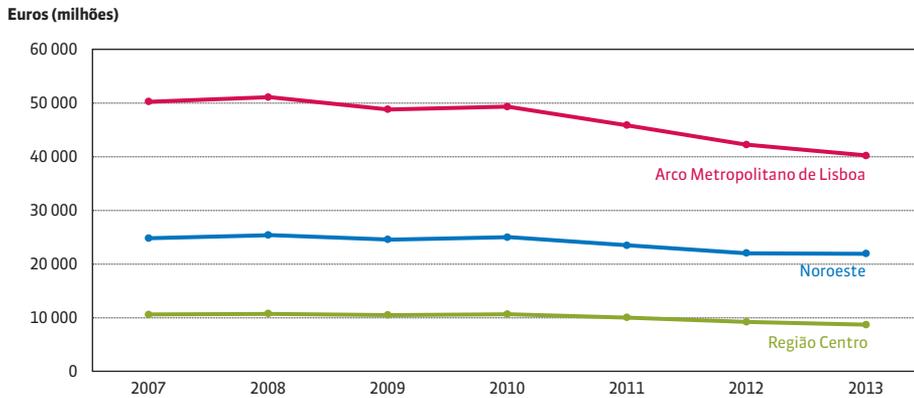


FIGURA 37
Evolução do VAB (euros),
2007-2013, e distribuição do
VAB (euros), por concelhos,
da Região Centro, 2014

Fonte: INE (Sistema de Contas
Integradas das Empresas, 2007-2014)

De acordo com os dados Estatísticas do Comércio Internacional de Bens (INE), a maioria das exportações oriundas da Região Centro são referentes às indústrias transformadoras. Em 2007, este setor de atividade representava 89% das exportações da Região (representando 16,1% do total do Continente) e, em 2015, a sua representatividade desce para os 86,6% (só 14,2% do Continente), acompanhando o encerramento ou o declínio das atividades industriais durante o período de recessão económica. A Região perde sobretudo as atividades de fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e

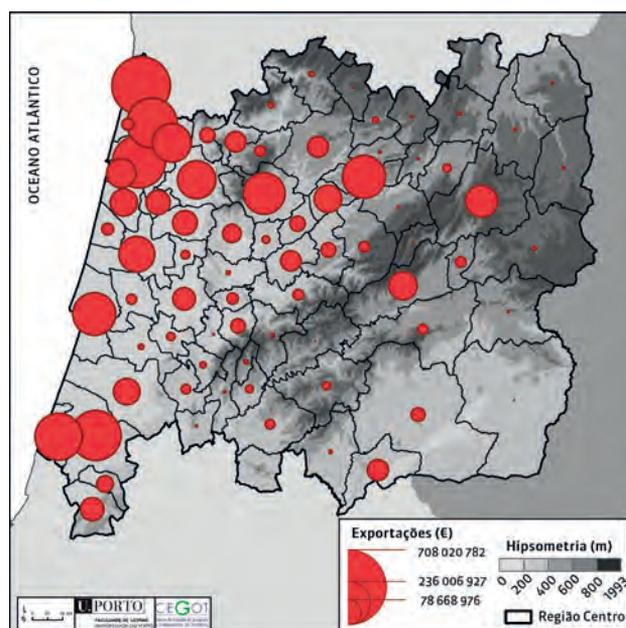
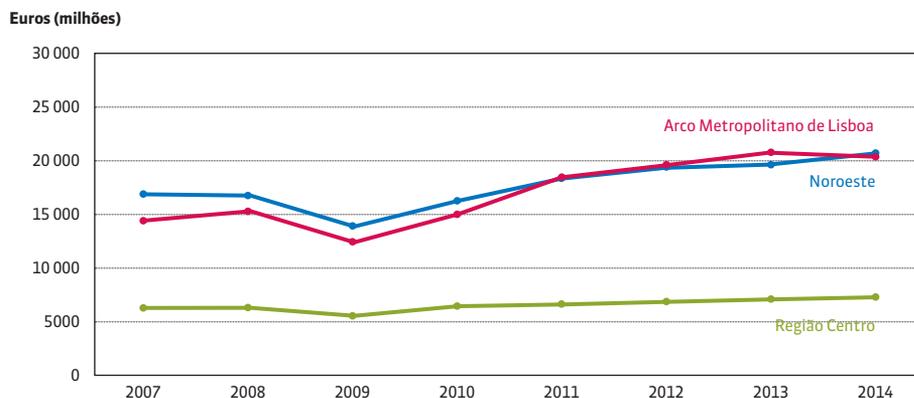


FIGURA 38
Evolução das exportações (euros), 2007-2014, e distribuição geográfica do volume de exportações por concelhos da Região Centro, 2014

Fonte: INE (Estatísticas do Comércio Internacional de bens, 2007-2014); CAOP (2014)

componentes para veículos automóveis (-7,7%) e de fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos (-6,4%). Positivamente, afirmam-se as atividades de fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos (4,9%) e de fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (3,4%).

O ramo do comércio por grosso e reparação de veículos automóveis e motocicletas regista um crescimento significativo entre 2007 e 2015 na Região, acompanhando a tendência nacional.

Em termos turísticos (Figuras 39 e 40), o crescimento da base económica da Região Centro pode ser também caracterizado pela sua capacidade de atração, por exemplo, através da sua atratividade turística (dormidas de residentes nacionais e estrangeiros nos estabelecimentos hoteleiros). Entre 2009 e 2013, o número de dormidas registou ligeiras oscilações, com um valor médio de 2 milhões, maioritariamente de residentes em Portugal. No entanto, nos últimos anos, também refletindo o impacto da crise económica e financeira em Portugal, as dormidas nacionais diminuíram enquanto as estrangeiras aumentaram muito significativamente, seguindo a tendência crescente a nível nacional. Entre 2009 e 2013, em termos de número de hóspedes, houve uma diminuição da atratividade regional a nível nacional e um reforço da atração externa (os hóspedes estrangeiros passaram de 35% para 44% do total regional, longe dos valores do Continente, que passou de 50% para 57,5%). As dinâmicas nacionais são superiores às da Região Centro, o que deve ser refletido em termos de estratégias futuras. Na Região, em termos de atratividade territorial evidenciam-se os concelhos de Coimbra, Aveiro, Figueira da Foz, Leiria, Marinha Grande, São Pedro do Sul, Viseu e Covilhã.

QUADRO 4
Síntese Estatística

	Taxa de atividade (2011)	Pop. residente com Ensino Superior (2011)	PIB/habitante (2013)	Hóspedes/residentes (2014)	Taxa de cobertura exportações/importações (2014)
Região Centro	47,6%	11%	13%	0,9	135%
Continente	47,6%	11,9%	16,4%	1,5	84%

Fonte: INE (Censo, 2011 e Anuários Estatísticos Regionais, 2013 e 2014).

Concluindo, em termos de desempenho económico, a competitividade do País não pode estar só concentrada nas duas regiões metropolitanas. É necessário alargar a base territorial da competitividade nacional. A Região Centro manifesta uma taxa de atividade igual à média nacional e uma taxa de cobertura exportações/importações claramente positiva. No entanto, os recursos humanos mostram níveis de escolaridade de formação superior inferiores à média nacional, evidenciam uma fraca atratividade turística e exibem níveis de PIB por habitantes claramente inferiores aos valores registados no Continente.

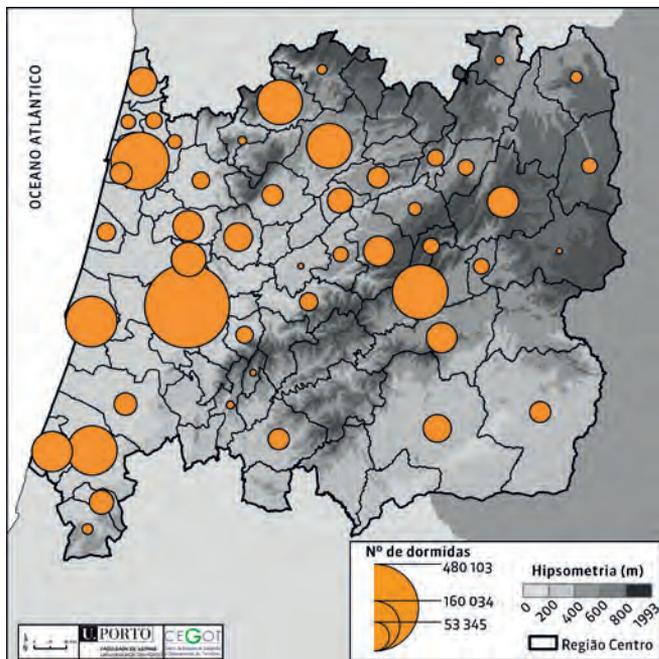


FIGURA 39
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, por concelho, 2014

Fonte: PORDATA; INE (Anuários Regionais Estatísticos e Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos)

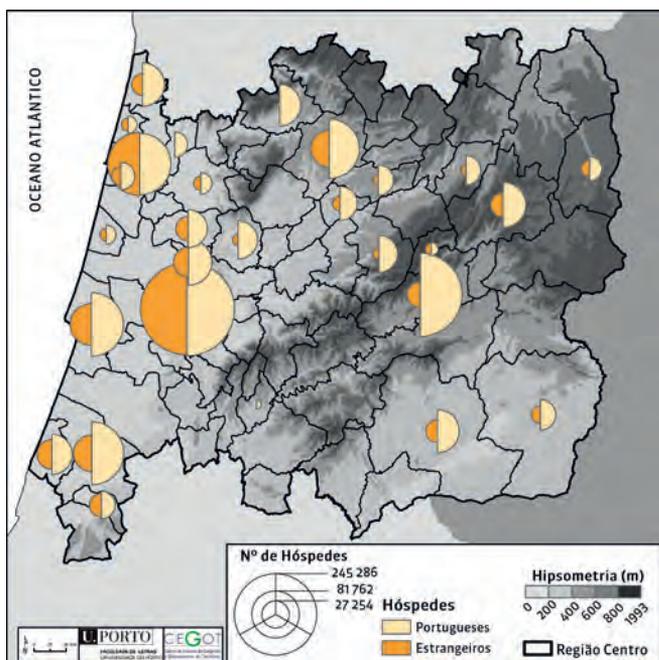


FIGURA 40
Hóspedes (portugueses ou estrangeiros) nos estabelecimentos hoteleiros, por concelho, em 2013

Fonte: PORDATA; INE (Anuários Regionais Estatísticos e Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos)

2.3.1. A REALIDADE ECONÓMICA DA BAIXA DENSIDADE

As populações residentes na baixa densidade resultam de trajetórias de vida diversificadas: uns ficaram por causa do património herdado; outros escolheram mesmo ficar; outros ficaram porque não tinham outra alternativa; outros porque escolheram ir para aí residir. Assim, a ruralidade dos territórios de baixa densidade tem diferentes conceções e enquadra uma multiplicidade de aspirações. Muitos autores associam aos espaços de baixa densidade, em contexto rural, pelo menos três tipos de territórios: o rural de produção; o rural quadro de vida; o rural natureza.

Como refere Oliveira Baptista, no PROT-Centro (CCDRC 2007a: 41), a agricultura e a floresta já não unificam a população rural com o território. No passado, a agricultura e a floresta significavam territórios rurais e estes retratavam determinadas áreas geográficas. Hoje, só parcialmente as atividades agrícolas e florestais ocupam o espaço rural, uma grande parte não tem essa orientação produtiva. Os sistemas de produção agrícola são agora mais produtivos mas consomem menos espaço, pois a produção intensificou-se mas retraiu-se espacialmente. Simultaneamente, em termos espaciais as áreas florestais têm vindo a expandir-se mas desligadas da produção e dos modos de vida da população rural. São as atividades industriais e de serviços que estruturam a atividade económica da população rural da Região Centro, sobretudo as atividades ligadas aos setores da construção e dos serviços de educação, saúde e administração pública.

Refletindo a diversidade geográfica, as estruturas produtivas dos territórios da baixa densidade são variados. No entanto, existe normalmente um denominador comum: as atividades têm tendência a valorizar o capital territorial ou os recursos fixos associados à abundância de solo rústico. Isto significa, o domínio de um conjunto de atividades produtivas ligadas ao setor agrícola e florestal e uma multifuncionalidade de atividades resultantes de novas formas de gestão dos recursos existentes tendo em vista novos modos de valorização dos territórios.

As atividades agroflorestais perderam peso económico mas continuam a ter importância social, evidenciada na cartografia da população agrícola familiar e da superfície agrícola utilizada (Figuras 41 e 42). A população agrícola familiar tem uma importante representatividade em quase toda a Região e a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) surge em pequenas ilhas no litoral e com uma forte presença espacial em todo o interior. Com a perda económica das atividades agroflorestais é crucial refletir-se alternativas de desenvolvimento para estes territórios.

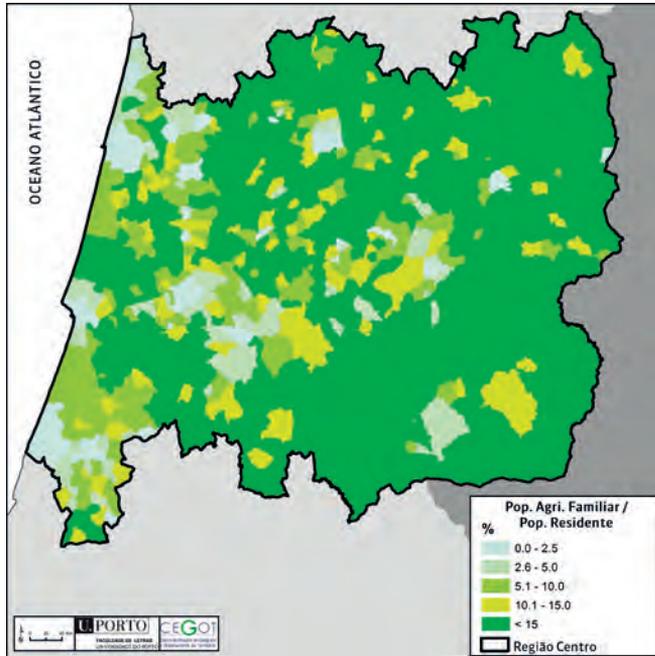


FIGURA 41
Peso da população agrícola familiar (2009) na população residente (2011), por freguesia

Fonte: Recenseamento Agrícola, 2009; Censos

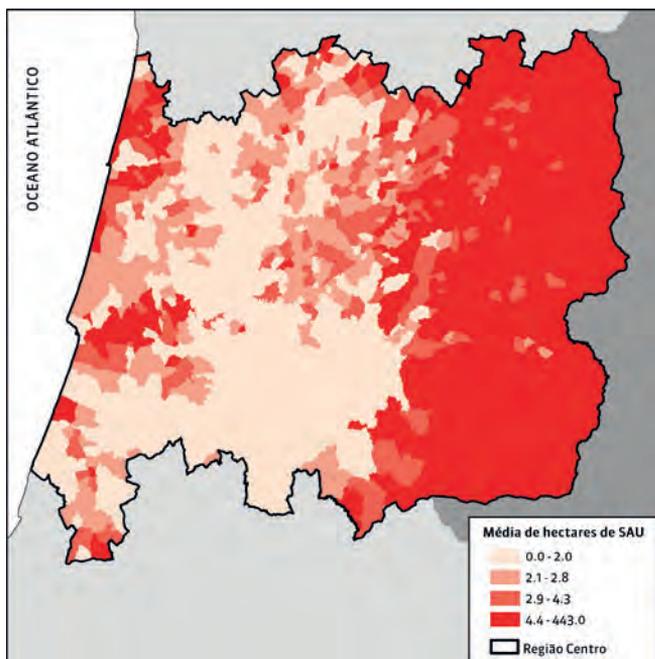


FIGURA 42
Superfície Agrícola Utilizada (SAU) média, por freguesia (2009)

Fonte: Recenseamento Agrícola, 2009; Censos

O PROT-Centro afirma: “a defesa da importância social da agricultura (e das explorações agrícolas), não só em termos de produção, social e economicamente necessária, mas também em nome da multifuncionalidade, nomeadamente das áreas não integradas na produção” (CCDR, 2007a: 45). Neste âmbito, a gestão ambiental surge como crucial não só nas áreas de produção como também nas áreas abandonadas, incultas ou ocupadas com outros usos. Tratam-se de serviços ambientais tendo também em vista a proteção dos ecossistemas naturais.

OS TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A informação disponível sobre a evolução estrutural das explorações agrícolas (Recenseamento Agrícola de 1999 e 2009 do INE) demonstra o recuo territorial da agricultura: diminuiu a superfície total das explorações, a superfície agrícola utilizada e, sobretudo, a superfície agrícola em cultivo. Perto de 50% da SAU não é objeto de qualquer utilização humana, a não ser o eventual acompanhamento dos gados em pastoreio. A retração territorial da agricultura (e da floresta) cruza-se com mudanças muito relevantes:

- uma forte diminuição da população ligada às explorações agrícolas, com trabalho ou apenas vivência quotidiana. Houve um aumento do plurirrendimento e da pluriatividade, mostrando uma maior inserção das famílias agrícolas no mercado de trabalho, exterior à exploração, nomeadamente em territórios de indústria difusa. Nos territórios de baixa densidade, a principal fonte de rendimentos dos agregados domésticos são as pensões (Cordovil, 2014).
- uma forte diminuição do emprego nas explorações agrícolas, sobretudo do trabalho familiar.
- a inatividade nas explorações agrícolas implicou um aumento da dimensão média da base fundiária das explorações.

Devido à sua localização e posição geográfica, à morfologia e disposição do relevo e ao modo como foi moldado historicamente, o território mostra um mosaico com grande diversidade biofísica e com variadas modalidades de ocupação e uso do solo. Destaca-se a pequena agricultura familiar, com agregados domésticos com rendimentos provenientes sobretudo de fora da exploração agrícola. Nos territórios de baixa densidade, dada a estrutura etária ser muito envelhecida, as pensões são a fonte principal de rendimentos dos agregados domésticos.

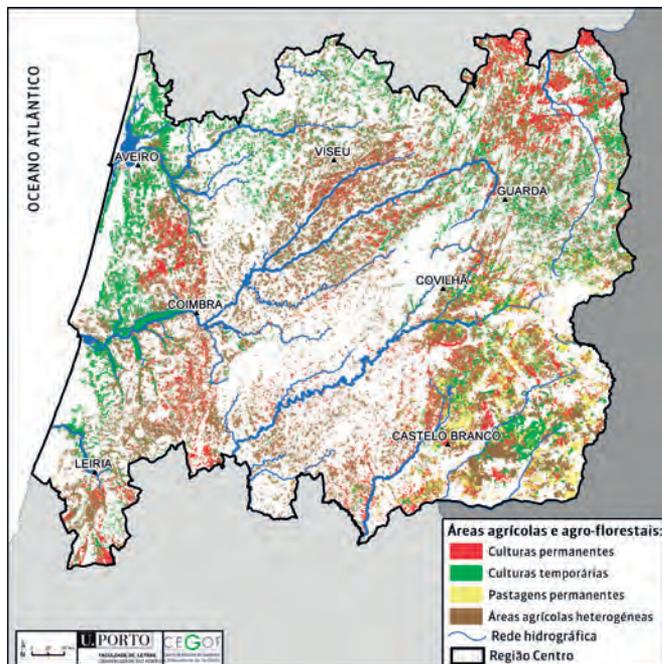


FIGURA 43
 Carta de ocupação do solo das áreas agrícolas e agroflorestais, 2007
 Fonte: Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS), 2007: CAOP (2014)

A partir do trabalho de Rolo & Cordovil (2014b), pode-se sintetizar a Região Centro da seguinte forma (Figuras 44 e 45):

- No Centro Litoral é vincada a especialização na produção de leite e bovinos carne, combinada com hortícolas em zonas periurbanas ou com a viticultura, sobretudo nas zonas de encosta na transição para o interior. Na zona de Coimbra, Mondego e Beira Litoral Sul o milho, o arroz e a horticultura assumem também expressão significativa.
- Na Transição Centro verifica-se que nas áreas de montanha da cordilheira central e do Vouga a silvicultura é preponderante. Na dorsal, que vai das montanhas do Douro até ao Mondego, abrangendo o planalto da Beira Alta, e também na Cova da Beira, prevalecem sistemas diversificados de polipequária e agricultura (viticultura, frutos frescos, horticultura).

- Na maior parte da Beira Baixa, a pecuária assume importante expressão, integrada em diferentes padrões de especialização. Na Transição das Beiras com o Alentejo e o Ribatejo a produção florestal (folhosas e resinosas) é marcante.
- Nos territórios que se encontram na fronteira com o Oeste, a viticultura, fruticultura e horticultura passam a ser preponderantes.

Em síntese, nos territórios litorais predomina uma especialização no leite, bovinos e carne, na horticultura intensiva e extensiva, arroz, milho e pecuária intensiva e extensiva, e na viticultura. Nos territórios localizados mais no interior, há um predomínio da viticultura e frutos frescos, horticultura, para além da pecuária extensiva e do leite e bovinos e da olivicultura. Mas assinalam-se clivagens internas significativas: no Centro Litoral há um predomínio de médias e grandes explorações agrícolas; no Centro Interior coexistem várias classes de dimensão económica.

Rolo & Cordovil (2014b) analisam também as produtividades parciais do trabalho e da terra, relacionando-as com outros indicadores, de forma a obterem indicações relevantes sobre a racionalidade das atividades de produção agrícola e das políticas públicas implementadas. Em síntese, no Centro Litoral a produtividade da terra é muito superior à média, mas insuficiente para garantir elevadas produtividades do trabalho; no Centro Interior e Transição Centro predominam situações de acentuada fragilidade; na Beira Baixa, num contexto de baixa densidade, há uma elevada produtividade do trabalho assente na extensão do fundiário.

Em termos de Valor de Produção Padrão (VPP) por Unidade de Trabalho Agrícola (UTA) evidenciam-se vários comportamentos territoriais (Rolo

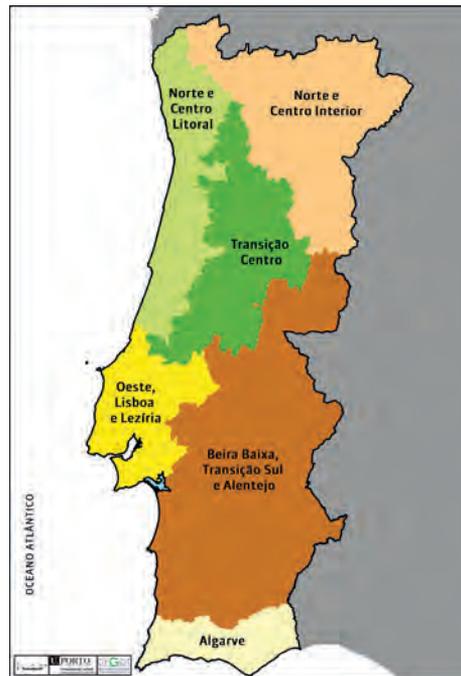


FIGURA 44
Macro territórios agrorurais
Fonte: Adaptado de Rolo, J. & Cordovil, F. (2014).

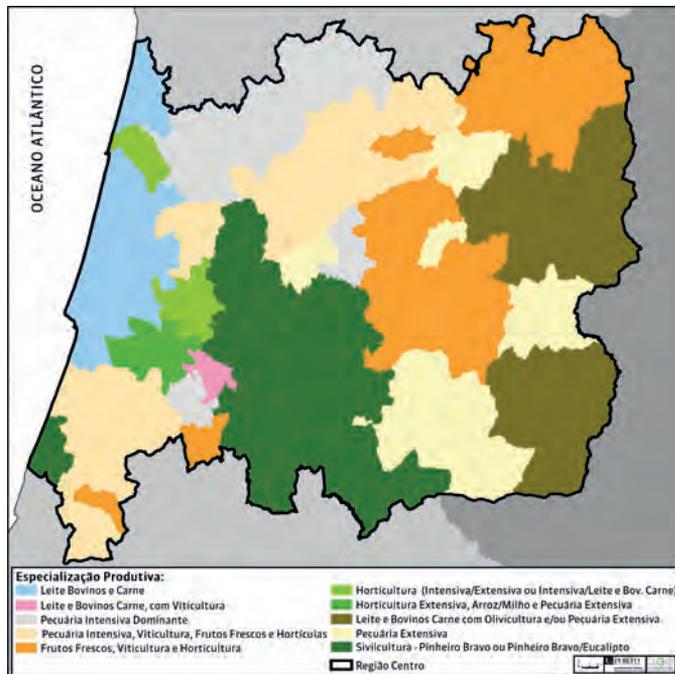


FIGURA 45
Especialização
produtiva

Fonte: Adaptado de Rolo, J. & Cordovil, F. (2014)

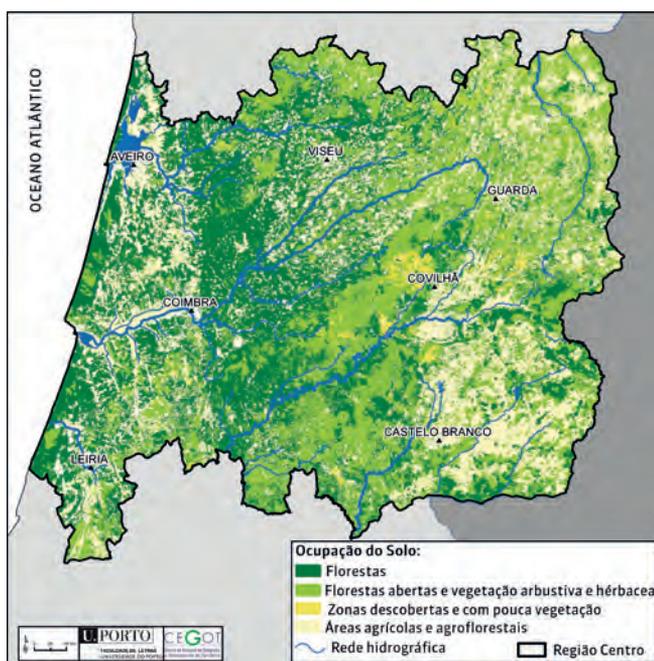
& Cordovil, 2014b). Na Transição Centro e Centro Interior os valores situam-se abaixo do rendimento salarial anual médio (10.677,8 euros – INE, Inquérito ao Emprego), o que indicia a existência de um grande número de explorações agrícolas a produzir com mão-de-obra não transferível para a esfera formal da economia (sem estarem inseridas no mercado de trabalho) e/ou com colaboradores que procuram outras fontes de rendimentos. No Centro Litoral, embora superiores, os valores das produtividades médias do trabalho são ainda modestos. Contudo, coexistem tipos de explorações com produtividades muito contrastadas: explorações com características semelhantes às dos territórios da Transição Centro e Centro Interior, e outras bem inseridas na economia de mercado e economicamente viáveis. Na Beira Baixa e Transição Sul “predominam os sistemas com elevadas produtividades do trabalho, propiciadores de excedentes brutos de exploração positivos, mas que por vezes não são suficientes para suportar os encargos com os demais fatores de produção (capital circulante e fixo e bens fundiários), que são preponderantes na estrutura de custos da maioria das explorações agrícolas a operar nestes territórios” (Rolo & Cordovil, 2014b: 30).

2.4. OS TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO FLORESTAL²

A floresta é o recurso natural renovável mais importante de Portugal (Porter, 1994). O montado de sobro e azinho do Alentejo formam a maior área de coberto florestal do País, enquanto a floresta na Região Centro representa 29% das florestas do Continente, a segunda maior mancha florestal.

FIGURA 46
Áreas florestais
e agrícolas, segundo
a Carta de Ocupação
do Solo, de 2007

Fonte: Carta de Uso e Ocupação
do Solo (COS), 2007; CAOP (2014)



Em termos regionais, a floresta na Região Centro cobre 42% do seu território (987 mil ha), com seus compactos pinhais e eucaliptais. A distribuição geográfica das áreas florestadas apresenta-se concentrada territorialmente, com 61% destas áreas localizadas no Baixo Mondego, no Pinhal Interior Norte, em Dão-Lafões e na Beira Interior Sul, sobretudo nas montanhas e encostas de influência atlântica.

A floresta e os matos formam os espaços florestais ou silvestres e são a parte mais visível do território rústico da Região Centro não ocupado com agri-

2 Paula Ribeiro (CEGOT.UP); Rodrigo Sarmiento de Beires (BOSQUE)

cultura (que usa apenas 24% do território). Estes espaços florestais cobrem 70% da Região (1661 mil ha), com o máximo acima de 80% no Pinhal Interior Norte e Sul e o mínimo de 53% no Baixo Vouga. Os 2,2 milhões de hectares do território rústico estão retalhados numa densa e dispersa malha de 5,2 milhões de prédios rústicos (DGCI 1992-94), com uma área média por propriedade de 0,4 hectares, sendo mais de dois terços de gestão florestal.

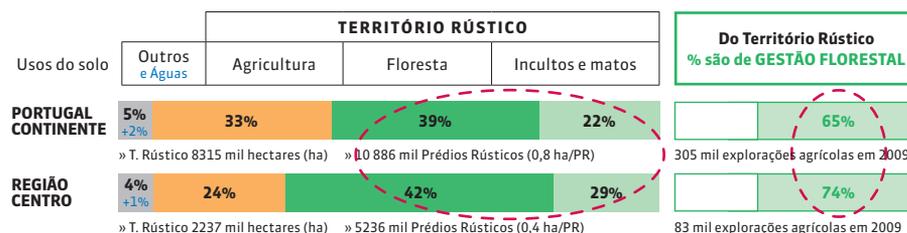


Figura 47 - Usos do solo rústico e de gestão florestal, em Portugal e na Região Centro

Fonte: Adaptado de Beires, R.S. (2014)

Na Região Centro a floresta cobre 898 mil hectares e era constituída, em 2005 de acordo com os dados do Inventário Florestal Nacional, em 91% por povoamentos, em 3% por outras formações, em 5% por área ardida, e em 1% por áreas de corte raso, indiciando uma tendência regressiva da floresta regional. Esta regressão é comprovada pelo aumento da área ardida (+27% face a 1995), representando 50% da área afetada pelos incêndios no Continente. No entanto, é de realçar que nas duas últimas décadas, os anos de 2005 e de 2003 registaram os valores mais elevados de área ardida. Desde 2005 até 2014 verificou-se uma diminuição da área ardida em espaços florestais, quer em termos regionais como nacionais.

O pinheiro-bravo e o eucalipto são as espécies arbóreas dominantes nesta Região, correspondendo a 86% dos povoamentos florestais. Em dez anos (entre o IFN de 1995/98 e o de 2005/06) a floresta de eucalipto assistiu a um forte crescimento em termos de área (+ 52 mil ha ou 23%) e de existências em pé (+41%), também visível na progressão da cultura do pinheiro manso, enquanto a floresta de pinho tendeu para uma situação crítica, com uma redução de 77 mil ha de pinheiro bravo e com uma perda de volume arbóreo de 17%, passando de 63,6 para 51,4 milhões de m³ em pé. Os novos dados preliminares do 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6) confirmam estas tendências. Entre 2005 e 2010, a área ocupada por eucalipto aumentou (+40mil ha) ao passo que o pinheiro

bravo registou uma diminuição de área de 70 mil ha. Decorre daqui que as árvores são cortadas cada vez mais jovens, indiciando uma acelerada ou fraca gestão florestal e uma clara perda de rentabilidade da sua exploração económica, de que são exceções os povoamentos de eucalipto destinados às celuloses.

A sub-região de Dão-Lafões e Pinhal Interior Norte concentra 36% da área de pinho da Região. O eucaliptal apresenta padrões territoriais mais dispersos, destacando-se a sub-região do Baixo Mondego, do Baixo Vouga, do Pinhal Interior Norte e da Beira Interior Sul. Estes recursos florestais geram os produtos lenhosos para as fileiras do papel e da madeira, com uma forte presença de indústrias relacionadas nesta Região.

Apesar de dois terços do território da Região Centro serem de gestão florestal, a floresta enfrenta, como já foi referido anteriormente, problemas estruturais que se arrastam. Baseia-se em explorações agroflorestais de muito pequena dimensão (salvo no interior raiano) e numa malha predial de minifúndio sem cadastro predial, que coartam o mercado da terra e inviabilizam a rentabilidade da gestão florestal sustentada e profissional. Para a perda de rentabilidade do uso florestal contribuiu o abandono das propriedades, que agravam fortemente o risco de incêndio, apenas contrariado com os investimentos florestais das celuloses e a dinâmica agregadora das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), a que tem faltado capacidade de investimento. O crescimento do eucaliptal em monocultura, aproveita o seu potencial mas não assume riscos acrescidos nem encargos futuros após dois ou três cortes, nem cumpre o mosaico agroflorestal apontado para o ordenamento florestal. A isto acresce o subaproveitamento das terras incultas e com matos pastagens ou matas abandonadas (que ocupam cerca de um quarto a um terço da área de cada sub-região), para povoamentos de folhosas e resinosas de longo prazo, consociada com o pastoreio extensivo, sob coberto e nas pastagens permanentes. E, assim, conjuntamente com a falta de uma estratégia regionalizada de investimento apoiado em parceria com novas indústrias, a idade e o baixo nível de formação dos proprietários, constrói-se graves constrangimentos para a gestão florestal.

Todavia, as áreas florestais têm um elevado potencial produtivo florestal e silvo pastoril, já que uma gestão ativa e profissional da floresta, para além de reduzir os riscos, permite um incremento do volume e do valor da produção florestal, um potencial ambiental, com o aproveitamento de biomassa para energia e o armazenamento de carbono nos povoamentos florestais, que podem alavancar novas atividades e empregos e, a longo prazo, reemergir a fileira da madeira de qualidade.

2.5. A PRODUÇÃO ENERGÉTICA

A produção energética surgiu recentemente enquanto um dos principais rendimentos, nomeadamente dos territórios de baixa densidade. Decorrente de um contexto fortemente favorável à produção de energias renováveis, os esforços em torno da produção de energia eólica e fotovoltaica fazem emergir novas fileiras energéticas. A inovação assenta no potencial de organização intersetorial, ou seja na capacidade de ligar diferentes setores, e recriando novas fileiras económicas que promovem a valorização do território e a criação de emprego.

Em Portugal (2013), 23,8% da produção de energia era eólica, 29,6% hídrica e 44,5% térmica. A Região Centro contribui com 19% da produção global do Continente, 38,4% da produção eólica (Figura 48), 10,4% da produção hídrica e 15,2% da produção térmica.

Os distritos de Coimbra e Viseu apresentam a maior potência eólica instalada por distrito do País, com valores, respetivamente de 213 e 201 MW. O potencial de energia geotérmica é elevado na Região, com temperaturas entre 20° C

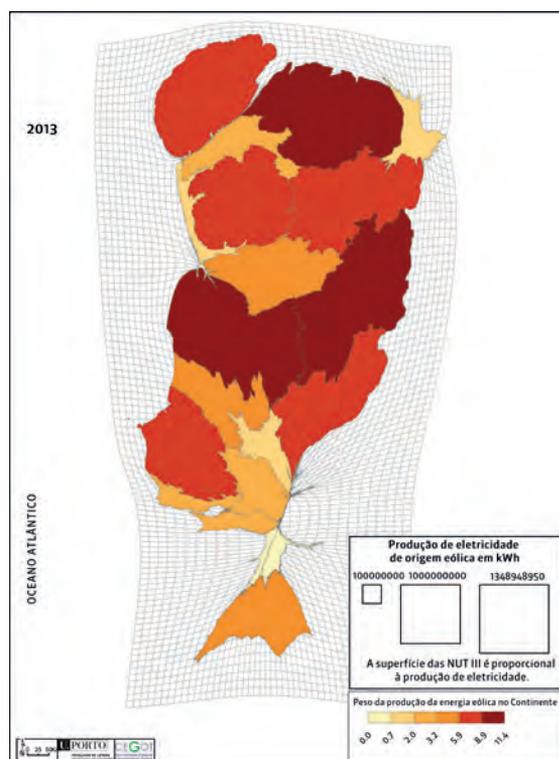


FIGURA 48
Produção bruta de eletricidade de origem eólica, por NUT III, 2013

Fonte: Cálculos próprios; INE (Anuário Estatístico Regional, 2014)

e 76 ° C, existindo em funcionamento aproveitamentos de energia tradicional nos distritos de Viseu, Guarda e Leiria, consolidando-se recentemente o potencial geotérmico a partir de aquíferos profundos ou de formações geológicas.

2.6. RECURSOS MINERAIS

A Região Centro dispõe de uma base de recursos minerais diversificada quer ao longo da faixa litoral no que respeita a areias e calcários, quer nos minérios metálicos e energéticos (estanho, volfrâmio, cobre e lítio).

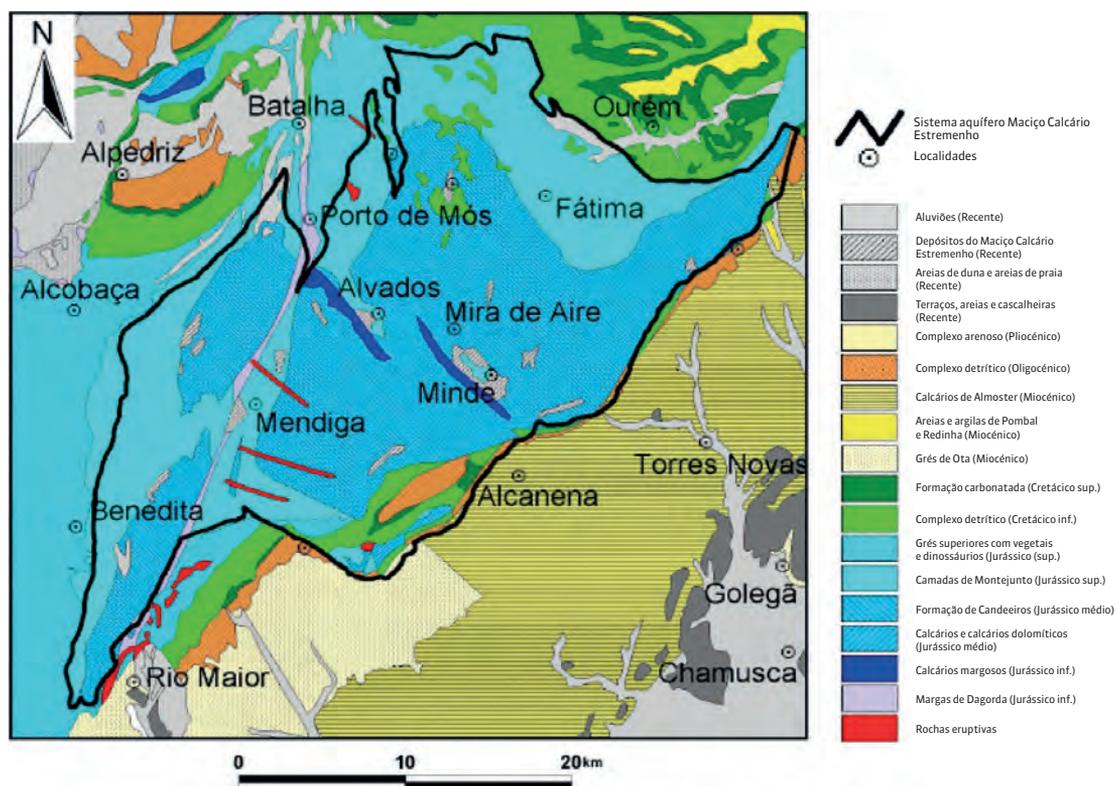


FIGURA 49

Maciço Calcário Estremenho

Fonte: Centro de Geologia/Instituto da Água (2000)

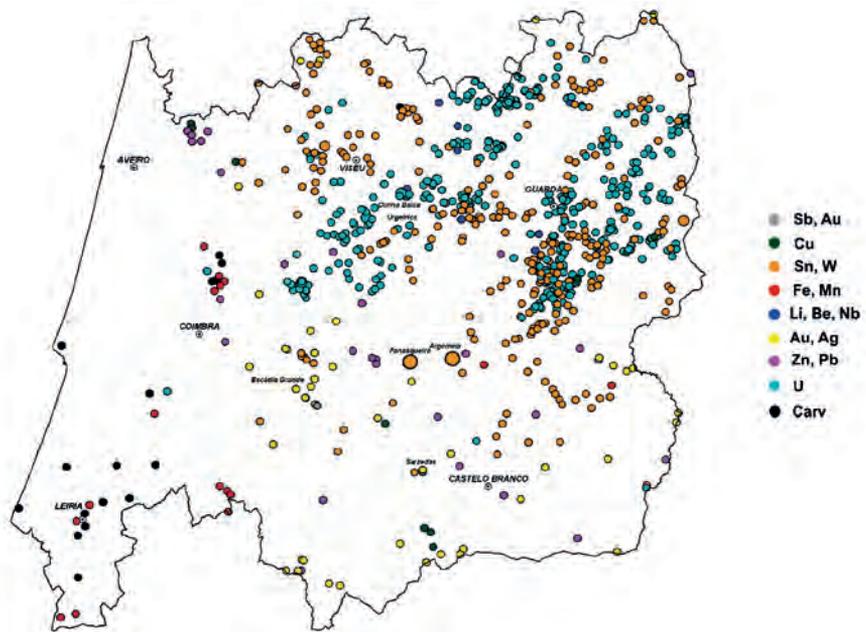


FIGURA 50
 Recursos minerais metálicos e energéticos na Região Centro
 Fonte: LNEG

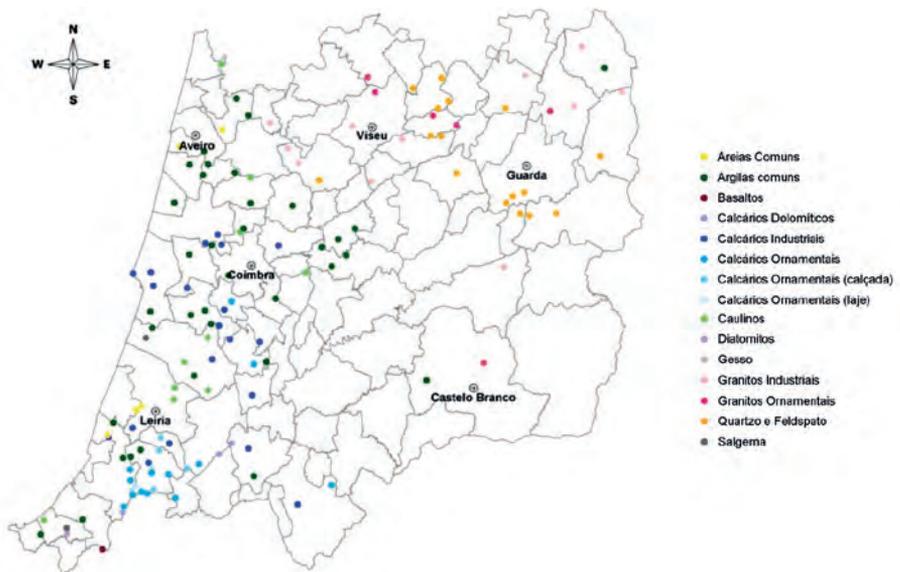


FIGURA 51
 Recursos minerais não metálicos na Região Centro
 Fonte: LNEG

2.7. FLUXOS TURÍSTICOS E RESIDENCIAIS

Os fluxos de rendimentos ligados ao turismo constituem um contributo muito importante para a economia de alguns territórios: turistas e residentes secundários. Pecqueur & Talandier (2011) evidenciam a necessidade de revisitarmos a geografia do desenvolvimento, evidenciando a forte importância dos fluxos de rendimentos entre diferentes territórios. Isto significa analisar a importância dos fluxos turísticos e residenciais, focando a análise numa maior heterogeneidade de processos, em termos de interdependências e inter-territorialidades.

O desenvolvimento económico local dos territórios de baixa densidade dependem da sua capacidade para criar riqueza, captar riqueza e maximizar o gasto das riquezas localmente. Como vimos, a riqueza criada tem dependido sobretudo das dinâmicas dos setores agrícolas, florestais e recentemente das capacidades de produção energéticas. No entanto, a riqueza criada sobretudo nas áreas metropolitanas e nas áreas urbanas circula (Davezies, 2008). As despesas dos turistas e das populações pendulares (trabalhadores e estudantes) alimentam as economias locais, independentemente da sua maior ou menor capacidade produtiva. Como já referimos, o desenvolvimento local

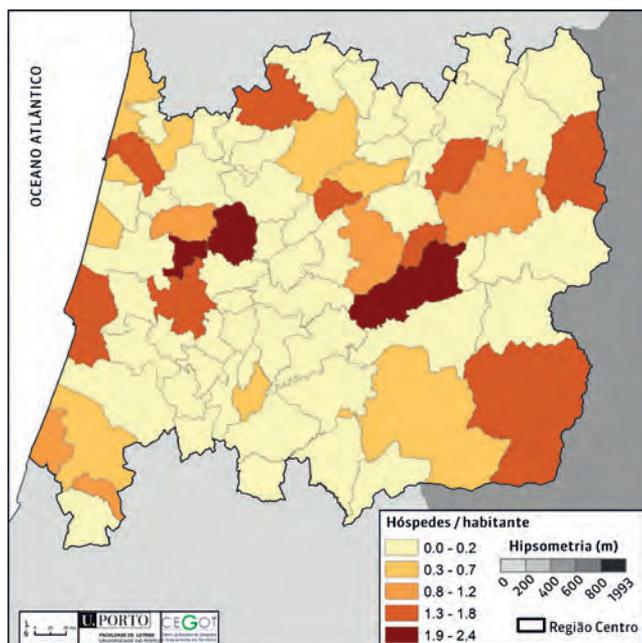


FIGURA 52
Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros por habitante, por concelho, em 2013

Fonte: PORDATA (2016); INE (Anuários Regionais Estatísticos e Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos)

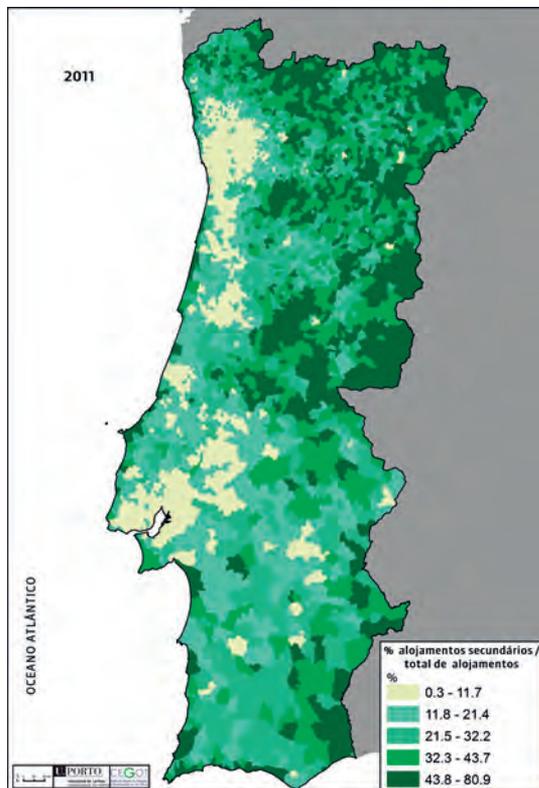


FIGURA 53
Peso dos alojamentos de habitação secundária no total de alojamentos (%), 2011

Fonte: INE (Censo, 2011); CAOP (2014)

está também dependente da capacidade de atrair fluxos de rendimentos e de reforçar a atratividade tendo em vista o aumento do consumo local.

A análise da Figura 52 demonstra o papel que os fluxos turísticos podem ter a nível local. Observando os territórios de baixa densidade, realça-se a importância que os hóspedes, sobretudo nacionais, têm nos concelhos da Covilhã, Guarda, Seia, Manteigas, Celorico da Beira, Almeida e Idanha-a-Nova. Em S. Pedro do Sul e Nelas evidencia-se a atratividade da oferta turística ligada aos serviços termais. Em termos urbanos realça-se a atratividade das cidades de Coimbra, Aveiro, Figueira da Foz, Viseu, Leiria, nomeadamente.

A habitação secundária (Figura 53)³ também é um indicador da atratividade. Segundo a investigação realizada no Pinhal Interior Sul, os visitan-

3 Cardoso, B., Rodrigues, C., Duarte, M. Bragança, N. Preto, C. (2006), *Alojamentos de uso sazonal ou secundário, Lisboa Projeto AGRIS Pinhal Interior Sul – Dinamização do desenvolvimento local*, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia, 14p.

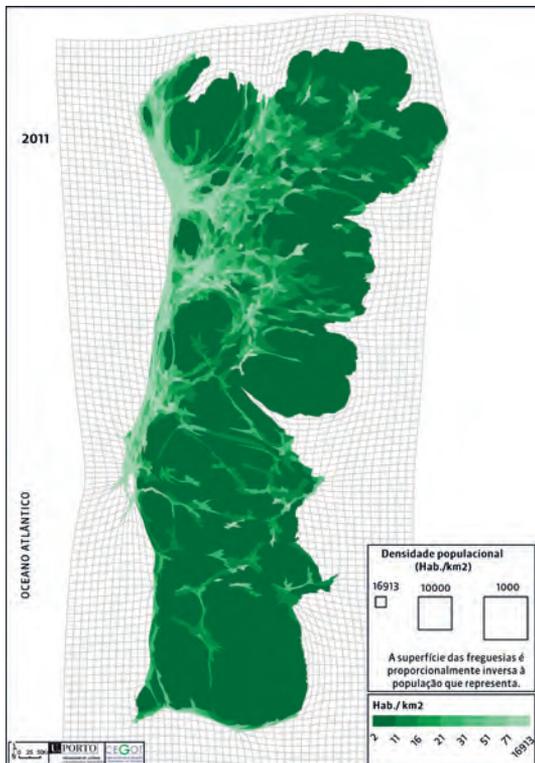


FIGURA 54
Territórios de baixa densidade

Fonte: Cálculos próprios; INE (2011); CAOP (2014)

Nota: A densidade populacional representada é inversamente proporcional à dimensão das respetivas freguesias.

tes com alojamentos familiares de uso sazonal ou secundário podem corresponder a cerca de 120% da população residente. São normalmente visitantes proprietários que têm relações familiares com os residentes permanentes. A frequência de utilização do alojamento é variável: 34% usa-o aos fins-de-semana, Natal e Verão; 19% aos fins-de-semana e Verão; 22% só no Verão; 18% só aos fins-de-semana; e 7% de outros modos.

A forte presença dos alojamentos de habitação secundária nos territórios de baixa densidade representam um potencial económico a reforçar. As habitações secundárias pertencem a populações que vivem geralmente em territórios com forte produção de riqueza e com capacidade de consumo. Esse consumo pode ser um potencial de desenvolvimento local.

As universidades localizadas nas cidades médias também representam um potencial de desenvolvimento, pelos rendimentos e pela capacidade de consumo que representam. A permanência ou a desconcentração dos servi-

ços públicos devem ser refletidos pelo potencial de rendimentos que geram e pela capacidade de consumo que podem desencadear.

Os rendimentos produzidos podem ser enviados ou aplicados noutros locais, nomeadamente através dos imigrantes, dos turistas e dos pensionistas que mudaram de local de residência (por exemplo, voltaram para a área de naturalidade), etc. Os locais de habitação secundária são também locais de aplicação de rendimentos produzidos noutros locais. Os serviços públicos (saúde, educação, justiça, apoio social, etc.) induzem localmente empregos que por sua vez geram rendimentos e consumo.

Outra importante função nos territórios de baixa densidade prende-se com a gestão e proteção das amenidades e dos serviços ambientais, garantindo a conservação dos ecossistemas naturais sobretudo os de maior biodiversidade. Alguns desses recursos foram identificados no sistema azul e no sistema verde, do capítulo anterior. A valorização destes recursos é indispensável. Estas atividades têm uma função transversal, ao serviço do sistema territorial global.

Assim, a afirmação dos territórios de baixa densidade (Figura 54) passa também pela valorização dos recursos naturais tendo em vista a construção de uma nova competitividade.